



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

GILANA MARIA AGUIAR DOS SANTOS

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA COOPERATIVA DE
TURISMO E ARTE NA FLORESTA - TURIARTE EM ATODI E ANÃ,
SANTARÉM/PA**

**SANTARÉM-PA
2022**

GILANA MARIA AGUIAR DOS SANTOS

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA COOPERATIVA DE
TURISMO E ARTE NA FLORESTA - TURIARTE EM ATODI E ANÃ,
SANTARÉM/PA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão.

**SANTARÉM-PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

- S237t Santos, Gilana Maria Aguiar dos
O turismo de base comunitária como alternativa para o desenvolvimento sustentável: o caso da Cooperativa de Turismo e Arte na Floresta – TURIARTE em Atodi e Anã, Santarém/PA. / Gilana Maria Aguiar dos Santos. – Santarém, 2022.
67 p.: il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Andréa Simone Rente Leão.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso de Ciências da Sociedade.
1. Turismo de base comunitária. 2. Cooperativismo. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Leão, Andréa Simone Rente, *orient.* II. Título.

CDD: 2A3 ed. 338.4791098115

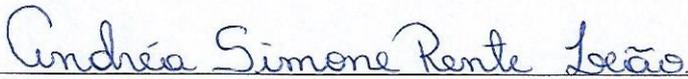
GILANA MARIA AGUIAR DOS SANTOS

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA COOPERATIVA DE
TURISMO E ARTE NA FLORESTA - TURIARTE EM ATODI E ANÃ,
SANTARÉM/PA**

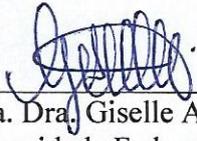
Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas para obtenção grau de Bacharel em
Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste
do Pará, Instituto Ciências da Sociedade.

Conceito:

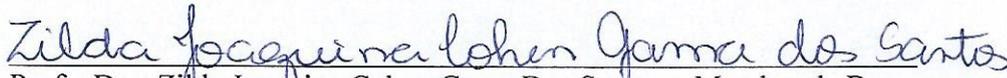
Data de Aprovação 29/11/22



Profª. Dra. Andréa Simone Rente Leão – Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa



Profª. Dra. Giselle Alves Silva – Membro da Banca
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa



Profª. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama Dos Santos – Membro da Banca
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa

Dedico este estudo as matriarcas de minha família, Hilda Santos e Maria Flávia Aguiar, verdadeiras fontes de força, dedicação, amor e carinho.

Dedico ainda a toda a minha família e amigos em especial a minha mãe Ana Marta, meu pai Gilvan e a minha irmã Eva Vitória.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua grande bondade e proteção. Assim como pelas bênçãos recebidas e pelas dificuldades superadas.

A meus pais, irmã, avós, avôs, tios, tias, e primas pelo apoio e incentivo nessa jornada sempre me fortalecendo e acolhendo nos momentos de dificuldade.

A minha orientadora Andréa Leão pelas orientações, incentivo, paciência e compreensão nas horas que eu não conseguia escrever. Pelas aulas ministradas durante o curso, pela preocupação com meu bem estar físico e mental, pelas conversas formais e informais, por participar de projetos com os alunos e por estar sempre disposta a construir a serviço do curso de economia.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) que foi imprescindível para a conclusão desta graduação, proporcionando a oportunidade de viver experiências acadêmicas como a participação em encontros de Economia em outros estados, Empresa Júnior, representar a Turma de Ciências Econômicas 2015 (CE 15), representar os alunos no Colegiado de Economia, fazer parte do Centro Acadêmico de Economia Celso Furtado (CAECF), da criação e execução do Encontro dos Estudantes de Economia da Ufopa (ENECON), por participar e ajudar na organização dos jogos do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), de projetos de pesquisa e extensão em especial o projeto de extensão, MINHA GRANA, que me abriu oportunidades fora dos portões da Universidade. Por fim, por contribuir na minha construção como ser humano e de posicionamento social e político.

A minha querida Turma CE15 agradeço pelas amizades que construí e os momentos compartilhados, em especial Jeise Caroline do Nascimento Silva, Thais Rodrigues Farias, Jéssica Vanessa Mattos Lira e Rafael Correa Rego que foram minha “panelinha” nessa caminhada. Enfrentamos juntos disciplinas complicadas, trabalhos extensos, greves, uma pandemia, mas também fizemos grupos de estudo, lanches na sala de aula e dividíamos momentos de pura diversão, leveza e muito trabalho nas aulas de campo.

Ao CAECF pela oportunidade de começar como voluntária e depois assumir o Cargo de Diretoria de Finanças podendo contribuir para o meu crescimento profissional na área e me apresentar Breno de Sousa Pinho, Nayara Ferreira Cunha, Ana Flávia Guimarães Caneiro que hoje possuo um carinho enorme e fazem parte do meu ciclo de amizade.

Agradeço ainda aos meninos e meninas da Cooperativa de Turismo e Arte na Floresta (TURIARTE) que tiveram grande paciência com minha insistência nas entrevistas, ligações e mensagens. Assim, como a professora do Instituto Federal de Educação, Ciências e

Tecnologia do Pará (IFPA), Carmem, que permitiu que eu fizesse parte do grupo deles na visita a campo nas comunidades.

A John dos Santos Pinho pelo incentivo, amizade e puxões de orelha durante a grande parte da construção deste trabalho e por último, mas não menos importante a meus professores e funcionários do UFOPA que direta ou indiretamente sempre se fizeram presentes e dispostos a tornar minha estada no curso a melhor possível.

“Quando me perguntam meu porto, meu forte.
Digo: minha sorte foi nascer no Norte...”
(Priscila Castro feat Lia Sophia)

RESUMO

O estudo tem como tema o Turismo de Base Comunitária (TBC) aplicado pela Cooperativa de Turismo e Arte na Floresta (TURIARTE) nas comunidades de Atodi e Anã, Santarém/Pa, onde buscou-se apresentar a partir do proposto no objetivo geral, uma descrição da atuação da TURIARTE em prol do desenvolvimento sustentável através de suas atividades de TBC nas comunidades de Anã e Atodi. Para entender esse processo o presente trabalho teve como foco e justificativa o reconhecimento de se estar diante de um potencial turístico da região do Rio Arapiuns. Para tanto, foi utilizado a pesquisa de cunho bibliográfico, documental, de campo e qualitativa. Como fontes bibliográficas foram utilizados livros, artigos publicados em periódicos, trabalhos acadêmicos e documentos acerca dos conceitos chaves: desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, turismo de base comunitária e cooperativismo; e do objeto de estudo. A pesquisa de campo envolveu entrevistas qualitativas a partir de Roteiros Semiestruturados com 06 (seis) membros da cooperativa e uma visita, enquanto turista e pesquisadora nas comunidades de Atodi e Anã que atuam com TBC a partir da TURIARTE. Ressalta-se que a pesquisa de campo teve que sofrer mudanças em decorrência da pandemia do COVID-19 de 2020 a 2021. Como resultados destaca-se que a TURIARTE, enquanto cooperativa, vem buscando se firmar e, mesmo com altos e baixos, busca atuar em prol dos seus cooperados e das atividades fins, possuindo um potencial para expansão de forma a se tornar cada vez mais referência nos segmentos em que atua, em especial no TBC, objeto deste estudo. E, com relação a visita nas comunidades de Atodi e Anã, as mesmas foram uma experiência de imersão e vivência onde percepções sobre o TBC e os desafios desse segmento puderam ficar mais claros, contribuindo para o entendimento dos desafios da TURIARTE enquanto cooperativa que atua no referido segmento.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária. Cooperativismo. Desenvolvimento Sustentável. TURIARTE.

ABSTRACT

The study has as its theme the Community Based Tourism (CBT) applied by the Cooperative of Tourism and Art in the Forest (TURIARTE) in the communities of Atodi and Anã, Santarém/Pa, where it sought to present from the proposed general objective, a description of the actions of TURIARTE in favor of sustainable development through its activities of CBT in the communities of Anã and Atodi. In order to understand this process, the focus and justification of the present work was the recognition that the Arapiuns River region has a tourist potential. To this end, we used bibliographic, documental, field, and qualitative research. As bibliographical sources we used books, articles published in periodicals, academic papers and documents about the key concepts: sustainable development, sustainable tourism, community-based tourism and cooperativism; and about the object of study. The field research involved qualitative interviews from semi-structured scripts with 06 (six) members of the cooperative and a visit, as tourist and researcher, to the communities of Atodi and Anã, which work with TBC from TURIARTE. It is worth mentioning that the field research had to be changed due to the pandemic of COVID-19 from 2020 to 2021. As a result, TURIARTE, as a Cooperative, has been trying to establish itself and, even with ups and downs, it seeks to act in favor of its members and its final activities, having a potential to expand in order to become more and more a reference in the segments in which it operates, especially in the TBC, object of this study. And, regarding the visits to the communities of Atodi and Anã, they were an immersion and living experience where perceptions about the BCT and the challenges of this segment could become clearer, contributing to the understanding of the challenges of TURIARTE as a cooperative that operates in this segment.

Keywords: Community Based Tourism. Cooperativism. Sustainable development. TURIARTE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do número de cooperativas no Brasil.....	38
Quadro 1 – Cooperativismo Paraense por Ramo	39
Figura 2 – Sala de reuniões da TURIARTE.....	46
Figura 3 – Localização das Comunidades Atodi e Anã	48
Figura 4 – Redário Pousada Encanto do Arapiuns- Atodi	49
Figura 5 – Igarapé na Comunidade de Atodi	50
Figura 6 – Redário na Comunidade de Anã	50
Figura 7 – Atividades de psicultura e meliponicultura em Anã	51

LISTA DE SIGAS

ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACB	Anuário do Cooperativismo Brasileiro
CAECF	Centro Acadêmico de Economia Celso Furtado
CMED	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
CNCOOP	Confederação Nacional das Cooperativas
CONFECOOP	Confederação Cooperativa Portuguesa
COOPERTURE	Cooperativa de Trabalho em Ecoturismo de Carajás
COOP FR	Cooperativismo Francês
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DIAGCOOP	Diagnóstico e censo do Cooperativismo Paraense
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
ENECON	Encontro dos Estudantes de Economia da Ufopa
ENFIN	Enciclopédia de Finanças
EURICSE	Instituto Europeu de Pesquisa de Empresas Cooperativas e Sociais
FEAGLE	Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba do Lago Grande
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
FGCOOP	Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICS	Instituto de Ciências da Sociedade
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LASSU	Laboratório de Sustentabilidade da USP
MTUR	Ministério do Turismo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RECOOP	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
REDTURS	Rede de Turismo Sustentável da América Latina
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESCOOP/PA	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado doPará
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBC	Turismo de Base Comunitária
TucumArte	Grupo Artesanatos em Palha de Tucumã
TURIARTE	Cooperativa de Turismo e Arte na Floresta
UC	Unidade de Conservação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNASCO	União Nacional das Associações Cooperativas
USP	Universidade de São Paulo
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	16
2.1 Desenvolvimento Sustentável: a trajetória de um conceito	16
2.2 Turismo Sustentável: desdobramentos de um conceito	22
2.3 Turismo de Base Comunitária (TBC)	27
3. CAPÍTULO 2 – O COOPERATIVISMO COMO ALIADO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	30
3.1 Contextualizando o Cooperativismo no Mundo	30
3.3 O Cooperativismo como Mecanismo de Fomento do TBC	40
4. CAPITULO 3 – O CASO TURIARTE	42
4.1 Contexto Histórico e Estrutura da TURIARTE	43
4.2 Localização, Características da Área de Atuação e Atividades da TURIARTE junto ao TBC	47
4.3 Visita em Campo sob Perspectiva do Turista/Pesquisadora	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	68

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema o Turismo de Base Comunitária (TBC), em que através de uma descrição da pesquisa desenvolvida na Cooperativa de Turismo e Arte na Floresta (TURIARTE), buscou-se apresentar o TBC como alternativa de desenvolvimento sustentável capaz de gerar renda e valorizar o modo vida tradicional nas comunidades de Atodi e Anã. Sabe-se que as atividades do TBC quando desenvolvidas de forma sustentável e com viés comunitário muito tem a contribuir em espaços territoriais com potenciais naturais, culturais e turísticos.

Nesse sentido, o cooperativismo pode ser uma forma de fortalecer ações cujos objetivos perpassam pelo fortalecimento de dinâmicas econômicas capazes de ajudar na geração de renda e na conservação ambiental nas comunidades. Isso, pode-se dizer, é uma das percepções verificadas pelos atores que conduzem a ação da TURIARTE nas comunidades em que a mesma desenvolve suas atividades. E, para entender esse processo o presente trabalho teve como foco e justificativa o reconhecimento de se estar diante do potencial turístico da região do Rio Arapiuns que possui muitos locais como praias, igarapés, lagos, rios, uma rica fauna, flora, cultura, artesanato e comidas típicas, tornando as comunidades que fazem parte da TURIARTE propícias para aplicação do turismo sustentável, mais especificamente, o TBC, que é aplicado pela cooperativa em questão. Desta forma, tem-se como questão problema norteadora: Como a TURIARTE atua em prol do desenvolvimento sustentável através de suas atividades de TBC nas comunidades de Atodi e Anã?

A partir da questão problema tem-se como Objetivo Geral: Descrever a atuação da TURIARTE em prol do desenvolvimento sustentável através de suas atividades de TBC nas comunidades Anã e Atodi. E, os Objetivos específicos são: 1) Apresentar as bases conceituais do desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, TBC e cooperativismo como referências para a compreensão da atuação da TURIARTE; 2) Descrever a TURIARTE a partir do seu contexto histórico, de organização e atuação através do TBC; e, 3) Apresentar descritivamente uma visita enquanto turista nas comunidades Atodi e Anã como forma de vivenciar in locu as ações de TBC.

Em termos metodológicos, são instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como abordagem metodológica, a qualitativa. Como fontes bibliográficas foram utilizados livros, artigos publicados em periódicos, trabalhos acadêmicos e documentos acerca dos conceitos chaves e do objeto de estudo, a TURIARTE encontrados na biblioteca da Ufopa, disponibilizados do acervo da orientadora e encontrados em pesquisa de sites oficiais.

A pesquisa de campo envolveu entrevistas a partir de Roteiro Semiestruturado (APÊNDICE A) com 06 (seis) membros da

TURIARTE que disponibilizaram informações descritivas sobre as atividades da cooperativa, fonte principal do Capítulo 3.

Ressalta-se que a pesquisa de campo teve sofrido mudanças em decorrência da pandemia do COVID-19 de 2020 a 2021. Com a COVID-19 houve dificuldade e até mesmo impossibilidade de uma incursão nas comunidades que trabalham com o TBC pela TURIARTE, o que resultou em atraso e uma incursão mínima nas referidas comunidades no momento que as mesmas retornaram as atividades com o TBC a partir de 2022. Isso resultou na tomada de decisão de fazer a pesquisa apenas com o foco na TURIARTE, que tem sede em Santarém/Pará, por questões de segurança sanitária e saúde pública.

Contudo, com o afrouxamento das restrições de segurança sanitárias e saúde pública no período de 24 de junho de 2022 à 26 de junho de 2022 foi possível a realização de uma visita de campo às comunidades Anã e Atodi que são as comunidades de maior destaque no trabalho com o TBC pela cooperativa. A partir dessa perspectiva de imersão foi possível conhecer in loco as atividades de TBC desenvolvidas pelas comunidades citadas, o que possibilitou a descrição contida na subseção 3.3 com o intuito de fortalecer as impressões acerca do tema.

Como forma de buscar responder a questão problema e atender aos objetivos, este trabalho está dividido em três capítulos, aonde no primeiro as discussões sobre desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e TBC são apresentadas. No segundo capítulo apresenta-se de forma introdutória a noção de cooperativismo, bem como algumas informações acerca do cooperativismo e o TBC. Os dois primeiros capítulos, portanto, são a porta de entrada para a compreensão da TURIARTE, tema do terceiro capítulo aonde, a partir das entrevistas realizadas e estudos levantados sobre a TURIARTE, será descrito a atuação e organização dessa cooperativa e as impressões a partir da visita em Atodi e Anã como turista encaminhada à estas comunidades pela TURIARTE.

Este trabalho sobre a TURIARTE é relevante como um exemplo de organização que pode impactar em ramos distintos da região, ao fomentar a circulação de pessoas, mercadorias, serviços e permitir experiências culturais autênticas. Nesse contexto, espera-se que tal estudo seja mais uma contribuição para a disseminação de importantes ações em prol de comunidades amazônicas e de alternativas de desenvolvimento sustentável na região.

2. CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Neste capítulo será apresentado uma retrospectiva histórica dos acontecimentos que culminaram no desenvolvimento sustentável. Tal discussão embasará as duas temáticas que coadunam com os ideários do desenvolvimento sustentável, o Turismo Sustentável e o Turismo de Base Comunitária (TBC). Para tanto, divide-se em três subseções, onde a primeira apresenta o desenvolvimento sustentável.

A segunda seção traz uma descrição conceitual do turismo e como esta atividade incorpora discussões como Turismo Sustentável para assim, na última subseção apresentar o conceito de Turismo de Base Comunitária. Essas categorias se complementam e se sobrepõem do ponto de vista das atividades desenvolvidas dentro da perspectiva de segmentos do turismo. Tratar dessas categorias em seus aspectos geral e sua especificidade dentro do contexto econômico estabelecerá o caminho conceitual e as interações com o TBC, visando subsidiar as discussões dos próximos capítulos.

2.1 Desenvolvimento Sustentável: a trajetória de um conceito

Para entender como o conceito de desenvolvimento sustentável foi construído é relevante compreender as circunstâncias políticas e econômicas da época que sua origem tem a ver com o momento em que os modelos de desenvolvimento econômico começaram a ser questionados. Segundo Leão (2017) a origem do termo advém da década de 1960, como resposta às denúncias dos países desenvolvidos ao modelo de desenvolvimento econômico embasado na industrialização. O modelo desenvolvimento vigente “foi denunciado como causador de degradações ambientais, estando na origem do reconhecimento da finitude dos recursos naturais e do alto custo social do mesmo” (LEÃO, 2017, p. 177).

Leitão (1993, p. 147) discorre que uma mudança de hábitos se fazia necessária diante de uma eminente crise ecológica e que “essa crise é resultado das ações dos próprios homens e que destes depende para a sua solução”. Para Machado (2005) o ponto de partida de consolidação do desenvolvimento sustentável ocorreu em 1970 como uma alternativa às perspectivas negativas do modelo de desenvolvimento econômico. Leão (2017) aponta que as forças de contraposição vieram dos movimentos sociais e ambientalistas com sede nos países desenvolvidos que disseminaram o ideal de desenvolvimento sustentável para o resto do mundo.

Segundo Leão (2017) o desenvolvimento econômico baseado na industrialização sem controle ou a qualquer custo deu início, em meados do século XX, ao reconhecimento de uma crise ambiental global nunca vista anteriormente. A autora caracteriza crise ambiental como um tema bastante complexo tanto nos motivos que geraram a crise, quanto a sua existência e, principalmente, as soluções discutidas à época. Neste sentido, Machado (2005) apresenta o desenvolvimento econômico vigente atuando de maneira contrária às suas bases de sustentação, crescimento econômico, equidade social e qualidade de vida, reforçando que são essas as razões de desequilíbrios da relação Sociedade e meio ambiente.

No ano de 1968, um grupo de pesquisadores se reuniu em Roma na Itália com o objetivo de fomentar discussões sobre a crise ambiental e sobre a preservação de recursos naturais, o que culminou no surgimento do Clube de Roma e de um Relatório intitulado Os Limites para o Crescimento. Neste relatório, também conhecido como Relatório de Meadows, consta os primeiros estudos reconhecidos sobre o tema, destacando quatro problemas a serem superados para garantir a preservação ambiental e dos seres vivos: a baixa produtividade de alimentos, o esgotamento dos recursos naturais, o descontrole do crescimento populacional e o aumento da produção industrial sem os cuidados com o meio ambiente (MACHADO, 2005).

Em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a primeira Conferência para discutir a respeito da devastação dos recursos naturais e das políticas que levam ao desenvolvimento humano sem a degradação do meio ambiente, em Estocolmo, na Suécia (ONU, 2019). De acordo com o relatório dessa conferência as ações humanas devem ser repensadas pois podem causar danos irreversíveis ao meio ambiente, como apresentado no trecho do relatório:

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas [...] (ONU, 2019, p. 01)

Na Conferência de Estocolmo realizada em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMED), teve como resultado a elaboração e divulgação do relatório denominado Nosso Futuro Comum. Este relatório trouxe à público, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável como alternativa de sanar necessidades atuais

sem comprometer as necessidades das futuras gerações, como demonstrado em trecho do relatório *Nosso futuro Comum*.

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável - de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas [...]. Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de concretizar suas aspirações de uma vida melhor. [...] (CMED, 1991, p. 46-47)

Em 1992, a ONU convocou a conferência conhecida como Cúpula da Terra, Cimeria do Verão, Conferência do Rio de Janeiro, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Tal encontro gerou documentos que visam conduzir políticas essenciais que atendam às necessidades dos menos favorecidos e compreendam os limites do desenvolvimento econômico vigente (SEQUINEL, 2002). Os documentos gerados foram seguintes:

Agenda 21, programa de ação global com 40 capítulos; Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios por meio dos quais deveria ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre diversidade biológica e Convenção sobre o quadro de mudanças climáticas. (SEQUINEL, 2002, p. 11)

Um adendo à ECO-92 foram as reuniões em paralelo, onde personagens importantes de Estados e Organizações Não-governamentais (ONGs)¹, aprovaram uma declaração contendo os problemas ambientais. Segundo Penteadó (2010) o documento consta as diretrizes de ações subdivididas em 27 tópicos, todos votados e aprovados em Nova York pelos países que iriam participar da ECO-92, cerca de dois meses antes do referido evento. Entre 1992 e 2014, diversas

¹ Organização Não governamental (ONGs): “são instituições da sociedade civil, não vinculadas a um governo, que são formalmente constituídas e autônomas. As ONGs não possuem fins lucrativos e, em regra, possuem características de filantropia e solidariedade.” (RISU, 2022, p. 01).

ações foram tomadas em prol do meio ambiente, tais como: em 1997, o protocolo de Kyoto²; em 2000 as Metas do Milênio³ e o I Fórum Social Mundial⁴ ocorrido em Porto Alegre em 2001.

Por fim, a Conferência mais recente citada no site da ONU (2019) é a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável onde foi definido os “novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda com prazo para 2030” (ONU, 2019, p. 01). Ainda sobre o conceito de desenvolvimento sustentável é importante discernir o real significado dessas palavras de maneira independente. Os dois termos – desenvolvimento e sustentável – são de grande discussão entre os cientistas contemporâneos e possuem um leque de definições individuais.

No que tange, desenvolvimento Veiga (2005, p. 52) apresenta o desenvolvimento como “uma mudança qualitativa significativa, que geralmente acontece de maneira cumulativa”. O desenvolvimento não deve ser reduzido a renda *per capita*, pois, tal variável não abarca a complexidade de características que definiriam realmente o desenvolvimento. Furtado (2016), por outro lado, relata que houve consequentes modificações de análise do desenvolvimento econômico quando a perspectiva social começa a ser abarcada através do estabelecimento da relação entre os meios e fins que culminariam no desenvolvimento.

Sen (2002), dentro da perspectiva da sua discussão sobre o desenvolvimento ilustra sua tese em cima das liberdades do indivíduo como ponte como desenvolvimento. Veiga (2005) dialoga com Sen (2002) quando disserta que o desenvolvimento possui relação com as liberdades individuais e as pessoas são dotadas de livre-arbítrio de viverem da maneira que quiserem. A teoria econômica prevê a existência de necessidades humanas ilimitadas, no entanto os recursos para provê-las são escassos.

Por outro lado, quando se usa o termo “sustentável” ou “sustentabilidade”, segundo Veiga (2005, p. 124) “a questão da sustentabilidade corresponde à administração mais ou menos eficiente de uma definição específica da escassez). E, como contraste, volta-se para o conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado acima pela CMED (1991), tendo por base a ideia de que desenvolvimento sustentável a partir de processos que atendam às necessidades da geração presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas

² Acordo estabelecido com o intuito de reduzir as emissões de gases poluentes na atmosfera terrestre, de forma a reduzir o aquecimento global e seus impactos (ONU, 2019).

³ Conjunto de oito diretrizes a serem cumpridas até 2015, são elas: 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 - Attingir o ensino básico universal; 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (DEMÉTRIO; MENDONÇA, 2008).

⁴ Discussão pública de questões socioambientais globais (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2018).

próprias necessidades.

Portanto, desenvolvimento sustentável tem por perspectiva assegurar o bem-estare sobrevivência da geração futura como referência de que ao trabalhar-se as relações entre desenvolvimento e sustentabilidade, precisa-se levar em consideração como as ações sociais, econômicas e ambientais das gerações presentes irão impactar nas gerações futuras. Assegurar o bem-estar e sobrevivência da geração futura se correlaciona ao conceito de sustentabilidade. Solow (1993) acredita que a consciência sustentável garantiria um futuro às gerações futuras e modificaria a dinâmica econômica vigente, abrindo parâmetros mais complexos para quantificação do desenvolvimento.

Como reflexo das transformações de mentalidade quanto ao desenvolvimento humano aliado a conservação dos recursos naturais, diversos autores como os economistas José Eli Veiga e Ignacy Sachs dissertaram sobre o tema. No livro de 2005 de José Eli da Veiga, intitulado *Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI* o autor vê o desenvolvimento como “a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolherem, e com provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas” (VEIGA, 2005, p. 81), reflexo de seu diálogo com outros autores do desenvolvimento citados acima. Veiga (2005) acredita que a definição mais completa de desenvolvimento é a de Celso Furtado onde ele explica como crescimento se converte em desenvolvimento.

Para Furtado (2004, p. 484):

O crescimento econômico, tal o qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento [...].

A partir das considerações de Furtado (2004) pode-se inferir no papel do desenvolvimento sustentável na construção de uma sociedade mais justa e no estreitamento da relação sociedade-meio ambiente. De forma que, desenvolvimento sustentável se estabeleça como alternativa para o desenvolvimento econômico. Para a CMED (1991, p. 49), o desenvolvimento sustentável converte-se em uma série de processos em que ocorre uso de recursos, direção de investimentos, desenvolvimento tecnológico que juntos “reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”.

O polonês Ignacy Sachs, no início dos seus estudos sobre desenvolvimento, décadas de

1960-1970 em diante, não utilizava o termo desenvolvimento sustentável e, por muito tempo fez uso do termo ecodesenvolvimento⁵ (SACHS, 1986). Segundo Sachs em palestra no Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) no ano de 1997, o ecodesenvolvimento:

[...] busca soluções equitativas, socialmente justas e tem uma finalidade social, podemos imediatamente explicitar que a geração de empregos é um aspecto essencial dessa dimensão social do ecodesenvolvimento. (SACHS, 1997, p. 17)

Essas três dimensões⁶ continuam a nortear os escritos e estudos de Ignacy Sachs, contudo o mesmo deixa de usar, a partir dos anos 2000 a categoria de ecodesenvolvimento e usa desenvolvimento, sem adjetivações (SACHS, 2000). Mas, ainda partindo dos conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável Layrargues (1997) aponta semelhanças e diferenças entre os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Para ele, ambos os termos levam em consideração o direito das gerações futuras como um princípio ético vital e consideram que o meio ambiente possui importância tanto quanto o critério econômico, levando em conta as vontades da comunidade envolvida no processo.

Durante sua dissertação, o autor acima aponta que apesar das semelhanças entre os termos, existem diferenças entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável que ele denomina “no mínimo sutis, mas que traduzem ideologias diferentes, uma vez que podemos encontrar no desenvolvimento sustentável, traços de incompatibilidade entre a meta pretendida e seus meios utilizados” (LAYRARGUES, 1997, p. 05). Destaca alguns pontos de divergências entre as duas definições em que o ecodesenvolvimento prioriza a criação de tecnologias que possam atender a realidade local, e chama atenção para o perigo de confiar em excesso na tecnologia moderna. Em contrapartida o desenvolvimento sustentável acredita cegamente no potencial da tecnologia moderna ao ponto de crer que a transferência de tecnologia seria vantajosa aos países de terceiro mundo.

Ele continua sua diferenciação agora sobre o aspecto político, em que o ecodesenvolvimento restringe a atuação do livre mercado e o “desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades moderna” (LAYRARGUES, 1997, p. 06). De qualquer modo o desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento estão intrinsecamente ligados ao termo

⁵ Termo cunhado por Maurice Strong em junho de 1973, mas foi apropriado, conceituado e disseminado mais amplamente por Ignacy Sachs (LAYRARGUES, 1997).

⁶ Dimensões que também aparecem no relatório Nosso Futuro Comum, pois o referido autor fez parte da Comissão que escreveu tal Relatório.

sustentabilidade. Para Boff (2007), em parâmetros ecológicos, ele resume sustentabilidade como sendo todas as ações que o planeta Terra realiza em prol do ecossistema, que impossibilite a sua destruição ou desequilíbrio.

A sustentabilidade segundo Afonso (2006) é derivada das reflexões feitas de 1960 sobre o desenvolvimento sustentável. Ela estabelece que o termo implica na “manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar sus fontes ou limitar sua capacidade de suprimento futuro” (AFONSO, 2006, p. 11). O desenvolvimento e o meio ambiente não são mais vistos como realidades divergentes, agora as duas caminham lado a lado e o turismo se tornou um dos recursos de associação dessas duas variáveis, cabendo para quem faz uso desse conceito, o desafio de pensar um desenvolvimento que congregue justiça social, equidade econômica e prudência ambiental de forma a garantir processos de desenvolvimento em que Sociedade e Meio Ambiente possam conviver.

Partindo dessa perspectiva e das discussões que este trabalho se objetiva a fazer, é que o Turismo Sustentável e, mais especificamente o TBC, aparece como uma categoria analítica chave para pensar processos de desenvolvimento em que as relações Sociedade-Meio Ambiente sejam respeitadas em prol de um desenvolvimento sustentável. Desta forma, a próxima subseção traz uma apresentação dos conceitos de Turismo e Turismo Sustentável para se compreender o ponto de partida para descrever o objeto deste estudo.

2.2 Turismo Sustentável: desdobramentos de um conceito

La Torre (1992) trabalha o turismo como fenômeno natural da sociedade onde as pessoas realizam deslocamentos espontâneos e temporários. Segundo este autor, tais deslocamentos temporários se dão:

[...] por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (LA TORRE, 1992, p. 19).

Seguindo na mesma perspectiva, para Barreto (1991) o turismo é um fenômeno social complexo e diversificado que se desdobra em diversos tipos de turismo com critérios de classificação diferentes. Barreto (1991) destaca dois tipos de turismo: o emissivo (envia turistas para fora do local) ou receptivo (recebe turistas vindos de fora). Ainda segundo Barreto (1995), o turismo subdivide-se em nacional interno, o que ocorre dentro das fronteiras do próprio país e o turismo nacional externo onde o turista sai do seu país para outro.

Em documentos, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) apresentou um conceito que é utilizado como referência internacional de definição do turismo:

[...] O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Barreto (1995) trabalha com o conceito de turismo estrangeiro como o mais importante para economia nacional, sendo também conhecido como o turismo de exportação, pois o turista estrangeiro gasta seu dinheiro no país, portanto, trazendo divisas iguais às geradas por uma exportação. Na teoria econômica entende-se que o turismo possui grande impacto econômico sendo propulsor de renda e gerador de divisas para a balança de pagamentos. O turismo atua também como fomento para relações de demanda e oferta culminando na criação de mercados, “emprega uma grande quantidade de mão-de-obra; [...] gera rendas individuais e empresariais; [...] origina receitas para os cofres públicos; [...] valoriza imóveis e impulsiona a construção civil.” (BARBOSA, 2005, p. 108).

De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) até 2019 as viagens e o turismo representavam 1 em cada 4 dos empregos gerados no mundo todo, o que corresponde a “10,6% de todos os empregos (334 milhões). O estudo também mostrou que o turismo movimentou em torno de 9,2 trilhões de dólares naquele ano e que tal valor representa 10,4% do PIB global” (TEIZEN, 2021, p. 01).

Em 2020, o mundo foi acometido por uma pandemia, a COVID-19 que gerou além de uma crise na saúde uma série de problemas no setor econômico, que desestabilizaram a economia e segmentos econômicos a exemplo do turismo. Contudo, se levarmos em conta o momento vivenciado pelo Turismo antes da pandemia, pode-se dar ênfase no que Medeiros e Moraes (2013, p. 199) destacam nesta citação que: “O turismo vem crescendo de forma rápida e desordenada em várias localidades alvo de visitação turística”. Pandemia a parte, isso demonstra ao mesmo tempo o boom vivenciado acarretando mudanças estruturais nessas localidades que precisam ser seguidas por planejamento e investimentos capazes de estruturá-las para garantir a infraestrutura necessária tanto para a atividade turística, como para essas localidades de forma geral.

Em 2019 o Ministério do Turismo (MTUR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) criaram o programa INVESTE TURISMO, objetivando “[...] acelerar o

desenvolvimento, aumentar a qualidade, a competitividade e gerar empregos em Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil” (MTUR, 2019, p. 01). Apesar dos benefícios econômicos e da promoção de valores culturais é importante enfatizar ainda mais que:

[...] as atividades turísticas transformam o espaço alterando as relações dos moradores locais que passam a fazer parte da produção de bens e serviços da própria atividade turística, ou seja, o turismo assume o papel de agente modificador da realidade. (MEDEIROS; MORAES, 2013, p. 200.)

E como tal, precisa ser planejado para atender as necessidades do turista, mas, principalmente do lugar e de sua sociedade, proporcionando qualidade de vida e infraestrutura capazes de transformar o seu cotidiano. Ao atuar como agente transformador da realidade, o turismo passa ser, portanto, um fenômeno de modificação das relações sociais, econômicas e ambientais. Desta forma, os processos de transformação precisam levar em consideração tais dimensões sem que as mesmas se sobreponham.

Para tanto, Guattari (1990) acredita que o desenvolvimento sustentável ampara o turismo, surgindo assim uma nova forma de pensar o turismo a partir da noção de Turismo Sustentável de forma que suas diretrizes estejam pautadas na conservação do meio ambiente, justiça social e equidade econômica, bases do desenvolvimento sustentável, como discutido anteriormente. Logo, “a atitude de um turismo sustentável vai ao encontro do desenvolvimento de uma atividade que expressa em todos os seus momentos a consciência humana com seus efeitos.” (MEDEIROS; MORAES, 2013, p. 200). Assim sendo, o ideal capitalista não é mais suficiente para a nova realidade que se apresenta, onde o mundo começa a se deparar com termos como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e, pensar o turismo a partir desses preceitos que para além do ideário capitalista de crescimento econômico também traz em suas bases as questões de justiça social e conservação do meio ambiente.

Para Körössy (2008, p. 62): “O turismo não aparecia como uma preocupação aos olhos dos que iniciaram a reflexão em torno da sustentabilidade.” Contudo, em 1992, na ECO-92 o turismo apareceu como uma das 40 ações globais que compõem a Agenda 21. Para isso foi feita uma adaptação específica do programa denominado *Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo*.

O resultado deste programa se desdobrou na construção do ideário do Turismo Sustentável, como prática que alia a proteção ambiental e valorização cultural culminado no desenvolvimento menos nocivo à sociedade e ao meio ambiente. O capitalismo industrial vigente prioriza o desenvolvimento, mas como vimos na subseção anterior, autores renomados

sugerem o desenvolvimento sustentável como alternativa para aliar economia, meio ambiente e sociedade. No caso do turismo, temos o Turismo Sustentável como alternativa.

Como mencionado, o Turismo Sustentável está ligado ao conceito de sustentabilidade e este se apresenta segundo Leff (2001, p. 31) como

[...] princípio que surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da invenção do mundo; não só de um mundo no qual caibam muitos mundos, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômica- ecológica globalizada.

A sustentabilidade cria uma roupagem para a vivência em sociedade, abre espaço para a construção de um mundo que coloca o potencial ecológico e a diversidade cultural em ênfase e assim gerando uma ordem ecológica-econômica globalizada. Desse modo, o conceito de sustentabilidade se molda em diversas áreas da economia de uma sociedade podendo ser atrelado ao turismo.

Swarbrooke (2000) se debruça sobre sustentabilidade aliado ao turismo, crendo na existência de um turismo harmonioso no que tange aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais em prol do alcance da qualidade vida pelas gerações presentes e futuras. Seguindo na mesma perspectiva, Köröösy (2008, p. 65) descreve o Turismo Sustentável como “uma prática turística [...] relacionada com o atendimento aos critérios de justiça social, crescimento econômico e proteção do patrimônio natural”. Em 1995 aconteceu a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, onde foi elaborada a Carta do Turismo Sustentável (*Charter for Sustainable Tourism*). Nesta carta encontram-se diretrizes que sugerem a mudança de paradigmas onde a responsabilidade de zelo pelo meio ambiente e pela sociedade é de todos os agentes sociais (setor público, setor privado e sociedade civil).

Pode-se dizer então, que a discussão sobre o Turismo Sustentável se fortalece a partir desta Conferência, sinalizando que é possível e preciso repensar a atividade turística a partir dessas diretrizes. Para Medeiros e Moraes (2013) as transformações provenientes do turismo geram impactos nas localidades onde é praticada desse modo, com o objetivo de se mitigar os possíveis impactos negativos do turismo é exercido tendo por base a perspectiva do desenvolvimento sustentável, o caracterizando como turismo sustentável.

Segundo Swarbrooke (2000) o Turismo Sustentável não possui uma definição unânime, no entanto, conceito recebeu maior atenção da comunidade científica pois apresenta um olhar mais crítico quanto aos impactos que o turismo de massa ocasiona. Para Körössy (2008) o conceito de Turismo Sustentável amadurece durante as décadas de 1980 e 1990, no entanto, mesmo hoje o termo Turismo Sustentável está sujeito a diversas definições que segundo o relatório *Commonwealth of Australia* (1991 *apud* DRIML; COMMON, 1996, p. 04) convergem para: “qualidade de vida, equidade e manutenção dos sistemas e processos ecológicos.”

Todo esse trabalho culminou na declaração da OMT, do ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável e isso ocorreu com o intuito de ressaltar o potencial do turismo como agente de incremento ao desenvolvimento sustentável através do estímulo da geração de novos empregos, “oportunidade de subsistência, ajuda a reduzir a pobreza e direcionar as atividades produtivas para o desenvolvimento e inclusão social.” (ISTO É, 2017, p. 01).

O secretário-geral da OMT, Taleb Rifai, afirmou que a escolha do ano de 2017 não foi coincidência, para ele:

[...] esse ano representa uma oportunidade única para promover a contribuição do turismo para alcançar o futuro que todos querem. Além disso, é uma oportunidade para determinar o papel que o turismo vai ter na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU NEWS, 2017, p. 01).

O Instituto EcoBrasil, primeira organização da sociedade civil (sem fins lucrativos) voltada para o fomento da atividade de ecoturismo⁷, participou de um encontro denominado Acordo de Mohonk, que ocorreu em 2000 no Estados Unidos, em que um dos resultados do encontro foi adoção de um conceito de Turismo Sustentável em que “busca minimizar impactos negativos ambientais e socioculturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para comunidades locais e destinos”. (INSTITUTO ECOBRASIL, 2000, p. 01).

Para Beni (2002) turismo sustentável compreende uma forma segura de maximizar e otimizar os benefícios do desenvolvimento econômico para que não haja sobrecarga nos recursos naturais. Isso implica dizer que o turismo sustentável se converte em uma alternativa menor impacto aos recursos naturais sem renunciar ao desenvolvimento econômico. Por fim, compreende-se que o turismo sustentável abarca uma série de tipos de práticas de turismo “como o são o turismo rural, ecoturismo, turismo de aventuras, turismo de base comunitária”

⁷ Faria (2021, p. 01) define Ecoturismo como “um segmento do turismo voltado para a contemplação, atividades de lazer, esportivas ou educacionais no meio natural de forma a preservar os patrimônios naturais e culturais do local visitado”.

(KÖRÖSSY, 2008, p. 64). Porém, essa monografia faz uso do Turismo de Base Comunitária (TBC) como suporte para execução de um turismo embasado nos três pilares da sustentabilidade, segundo o Laboratório de Sustentabilidade da USP⁸ (LASSU, 2002, p. 01): “Social (força humana), Ambiental (capital natural) e Econômica (negócios, lucrar sem devastar)”, tema da próxima sessão.

2.3 Turismo de Base Comunitária (TBC)

Segundo o coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (REDTURS) Carlos Maldonado (2009) o TBC ou Turismo Comunitário possui uma particularidade distinta dos outros segmentos turísticos por possuir um forte enlace da dimensão humana e cultural. Segundo Maldonado (2009, p. 31) por:

Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

O autor acima compreende o TBC como uma forma de organização empresarial com viés para práticas de cooperação, onde o meio que é empregado, não possui uma hierarquia, assim entende-se que seus membros possuem equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pelo setor. Na contramão da tendência capitalista de centralização e controle, o TBC se apresenta, segundo Betti (2012), voltado para uma gestão democrática e solidária onde os meios de produção e a organização da atividade turística é da própria comunidade. Contil; Rocha e Viteze (2018) dialogam que o TBC possui autonomia própria, demonstrado na maneira como as atividades são organizadas.

Para esses autores, tais organizações se dão por “meio de associações e cooperativas, ou de grupos informais que estão articulados para serem os próprios detentores dos meios de produção e os tomadores das decisões a serem implementadas.” (CONTIL; ROCHA; VITEZE, 2018, p. 13). Segundo Maldonado (2009) o TBC se molda conforme os diferentes aspectos da

⁸USP – Universidade de São Paulo.

comunidade que está inserida o que possibilita uma maior troca de experiências e conhecimentos para quem faz parte desse tipo de turismo. Acontece uma troca mútua entre turista e as comunidades, considerando que o TBC:

[...] não é apenas uma atividade produtiva, procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer comunicação/informação com agentes externos, entre eles os visitantes. Considera, por tanto, a existência de uma relação dialética entre turistas e a comunidade receptora. (GRIMM; SAMPAIO, 2011, p. 58)

O TBC não se resume a uma atividade provedora de renda para a comunidade. Ele age também como atividade propulsora de integração cultural entre nativo e visitante, permitindo uma experiência de imersão no lugar visitado. Tal diálogo entre os dois personagens permite a valorização do território local e por vezes nas redondezas.

Para Bursztyn, Bartholo e Dalamaro (2009, p. 86), o Turismo Comunitário:

[...] busca se contrapor ao turismo massificado, requer menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade [...], este leva em consideração a cultura e a tradição local, fazendo com que se revigorem e, até mesmo, resgate algumas perdas.

A proposta do turismo comunitário ao se opor ao turismo massificado trata-se também de uma alternativa de valorizar as paisagens naturais e a cultura de cada lugar com menor impacto negativo possível às comunidades e seu modo de vida, sem por outro lado prejudicar a experiência do visitante. O TBC teve seu primeiro registro em solo brasileiro em meados de 1990. Segundo o MTUR (2010), os pesquisadores do tema, em conjunto com as ONGs foram os grandes propulsores do turismo comunitário com o destaque, que neste período as ações eram independentes das ações públicas.

Precisava-se pensar em como era o turismo almejado, principalmente às comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas; e o TBC nasceu com princípios de maior equidade e justiça levando em consideração a sustentabilidade ambiental e colocando a população local no centro. Em 2001 como resultado das lutas dos movimentos sociais de vários continentes surgiu o Fórum Social Mundial (FSM) que abriu espaço para elaboração de alternativas para uma transformação social global.

Especialmente em 2004, o FSM que aconteceu em Mumbai- Índia trouxe a Declaração De *Mumbai para Porto Alegre – Quem realmente se beneficia com o turismo* (FERNANDES, 2006). A Declaração de Mumbai fortaleceu as discussões a respeito das iniciativas comunitárias e suas lutas para contornar os impactos do turismo convencional. A declaração ainda sugere como estratégia de atuação

a articulação em rede para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que dividem este pensamento, e influenciar agendas de política de turismo.

Outro ano relevante para o turismo, foi o ano de 2005, no FSM houve a formulação de uma *Declaração de Porto Alegre: um outro turismo é possível* (FERNANDES, 2006). A Declaração de Porto Alegre contém sugestões de uma nova proposta de turismo fundamentada na autogestão por parte dos atores locais. O FSM 2021 teve seu lançamento de maneira integralmente virtual devido a pandemia do COVID-19. Ele veio com o objetivo de reafirmar a ideia defendida em 2005 de que “um outro turismo é possível”.

Entretanto, a necessidade de “um outro turismo possível” está se tornando cada vez mais necessária e urgente, em tempos atuais. Ou seja, pensar um novo turismo diante de um cenário econômico, político e social que faz pressão no meio ambiente é algo premente para a relação Sociedade-Meio Ambiente. Portanto, é preciso pensar em alternativas sustentáveis que possam movimentar a economia e mexer o mínimo possível no fluxo do ecossistema.

Assim, surgem iniciativas sociais como o cooperativismo que alinham o trabalho em equipe com ideias de compartilhamento para atingir bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. No ramo do turismo o cooperativismo pode ser aplicado através cooperativas que utilizam o TBC como artifício para cumprir o ideal do desenvolvimento sustentável. O cooperativismo e sua relação com o TBC serão apresentados no próximo capítulo como um exemplo dessa possibilidade de alinhamento em prol do TBC como alternativa de organização do TBC em comunidades tradicionais na Amazônia.

3. CAPÍTULO 2 – O COOPERATIVISMO COMO ALIADO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O capítulo 2 está subdividido em três seções: a primeira seção terá uma breve contextualização do surgimento do cooperativismo no mundo. A segunda seção trará uma apresentação de como ocorreu a chegada deste movimento social para o Brasil, com destaque ao estado do Pará tendo em vista a organização institucional, legal e como política de Estado. Dando prosseguimento, na terceira seção, será explicado as vantagens do cooperativismo e como o mesmo, aliado ao TBC, torna-se uma possibilidade de conciliar interesses econômicos, menor impacto ao meio ambiente e conservação cultural simultaneamente, buscando dar base para a discussão do Capítulo 3, onde será apresentada a TURIARTE como uma cooperativa que atua no TBC no estado do Pará.

3.1 Contextualizando o Cooperativismo no Mundo

Em linhas gerais, o cooperativismo segue a filosofia de união do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social pensando sempre no bem comum de modo que as pessoas prosperem juntas e possam conseguir um futuro mais justo. Para Frantz (2012, p. 13): “A história do cooperativismo se confunde com a história da economia, isto é, com a história da produção e da distribuição dos bens e das riquezas entre os seres humanos.” A Ciência Econômica possui como campo de estudo os processos de produção e distribuição dos bens e riquezas, estudados a partir das relações sociais, e como através dessas relações a sociedade é capaz de equacionar os processos de produção, distribuição, consumo e geração de riqueza a no sistema capitalista (VASCONCELOS; GARCIA, 2018).

O cooperativismo se relaciona com a economia tendo em vista que, “o termo cooperativismo traz em sua origem histórica a noção de trabalho conjunto, de relações sociais de trabalho.” (FRANTZ, 2012, p. 14). Segundo o mesmo autor, o cooperativismo foi resultado do avanço do capitalismo enquanto sistema de produção, como uma resposta da própria sociedade para lidar com as “dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, diante da lógica da acumulação do capital” (FRANTZ, 2012, p. 24). Como se sabe, as revoluções Francesa e Industrial foram o divisor de águas para surgimento do capitalismo como contraponto à Idade das Trevas e, desta forma, o início dos processos de organização produtiva a partir desse sistema (HUNT; SHERMAN, 1998; HUBERMAN, 2012).

E, considerando o cooperativismo como uma ação que se situa nesse marco de organização das relações sociais e de produção:

Pode-se considerar que as formas históricas da organização cooperativa incorporaram a problemática das relações de trabalho, no mercado capitalista [...] procurando se inserir no mercado pela recuperação da capacidade de competição e concorrência, pela via da cooperação entre as economias individuais enfraquecidas. (FRANTZ, 2012, p. 25)

O capitalismo parecia a solução para os problemas da sociedade, se comparando ao sistema que ele substituiu no processo histórico – o sistema feudal. No entanto, não demorou muito para se perceber historicamente que o sistema capitalista pela sua essência ideológica com o Liberalismo; filosófica com o Individualismo e Racionalismo; política com a defesa do livre mercado e a não intervenção do Estado; e, por fim econômica, pautada num processo produtivo onde as relações sociais se dão a partir de uma classe dominante (capitalista) e outra dominada (trabalhador) em prol da produção de bens e serviços em larga escala, que tal sistema passa a não atender as necessidades sociais dentro da perspectiva coletiva e que esse processo acaba por gerar, dentre outros fatores: desigualdade, concentração de renda e escassez de bens e serviços (HUNT; SHEMAN, 1998).

Do início do sistema aos dias de hoje, o capitalismo tornou-se hegemônico no mundo e, suas transformações, bem como suas fases cíclicas entre crises e estabilidades mantem sua essência originária, tornando os processos de relações sociais e produtivas um desafio a ser enfrentando, principalmente por aqueles que não detém os fatores de produção para entrar nesse circuito de forma individual (HUBERMAN, 2012). Segundo Frantz (2012) o cooperativismo é uma prática social, pois resulta das relações estabelecidas em sociedade, e desta forma, passa a ser uma alternativa de atuação nos processos produtivos capitalistas de forma a buscar minimizar os efeitos e dificuldades, por exemplo, de pequenos produtores se estabelecerem dentro de um mercado competitivo e que muitas vezes é dominado por alguns poucos grandes produtores, a exemplo do setor primário da economia.

Assim sendo, o cooperativismo surge como “iniciativa pragmática de quem espera pouco ou nada das instâncias formais de poder e parte à construção solidária de soluções para os seus problemas imediatos comuns” (FRANTZ, 2012, p. 26). Pensamento este que atua visando, como dito anteriormente, no fortalecimento de ações não individuais, mas coletivas em prol de um grupo de indivíduos. Para Arcanjo e Marques (2012) as cooperativas se articulam de forma bem generalizada, e procuram criar mecanismos sociais para superação da pobreza e exclusão social.

As cooperativas surgiram de acordo com Gawlak e Ratzke (2001) fundamentadas em sete princípios dos pioneiros de Rochdale⁹ que consistem em:

- 1) Livre e voluntária circulação, ou seja, o cidadão tem direito de entrar e sair da cooperativa quando desejar;
- 2) Regime democrático onde cada um tem direito a UM voto;
- 3) Se houver excedente nas compras ocorrerá devolução do mesmo;
- 4) Juros são limitados ao capital;
- 5) Não haverá interferência política, religiosa ou racial nas ações na cooperativa;
- 6) Vendas em cédulas ou à vista;
- 7) Fomento ao ensino em todas as esferas sociais.

Segundo o SEBRAE (2019, p. 01): “Em 1995, durante a realização do Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, na Inglaterra, foi feita a redação dos Princípios dos Pioneiros de Rochdale”. Acredita-se que o termo “cooperativismo” provém da palavra “cooperação” que por sua vez é de origem do latim cooperari, que significa ajuda mútua. As ações cooperativas se espalharam pelo mundo e se ramificaram em diversos campos de atuação, sendo os modelos neozelandês, francês, finlandês e italiano, os que mais se sobressaem no cooperativismo” (BISCARO; HERNANDEZ; SANTOS, 2020)

Para Garnevskaja, et al. (2017) são três as variáveis que se mostraram com grande potencial dentro do cooperativismo neozelandês: i) as pessoas, pois a força motriz das cooperativas é o fator humano que se unem para desenvolvimento próprio e da comunidade;

ii) o lucro, pois utiliza um modelo de negócio que permite a lucratividade de forma mais justa; e, iii) o planeta, devido as cooperativas fomentarem suas atividades de forma a gerar menores impactos ambientais e sociais com base nos ideais de conservação dos recursos naturais.

Para Biscaro, Hernandez e Santos (2020, p. 08) o cooperativismo neozelandês se tornou referência mundial mesmo com “diversos obstáculos, como limites geográficos, território com área restringida, relevo montanhoso e baixos subsídios para a produção, Nova Zelândia destaca-se por sua força e eficiência em seus sistemas de produção.” No caso francês, o Cooperativo Francês (COOP FR) é a cooperativa que representa o movimento na França, “possui cerca de

⁹ No bairro Rochdale, na Inglaterra surgiu a primeira cooperativa moderna, Sociedade dos Probos de Pioneiros Rochdale (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) em que forneceram “ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico”. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2021b, p. 01)

23.000 cooperativas associadas que, juntas, empregam mais de um milhão de funcionários.” (BISCARO; HERNANDEZ; SANTOS, 2020, p. 07). Em abril de 2014 a ONU elaborou um ranking com as “10 economias cooperativas de mais destaque no mundo e a França é a segunda economia cooperativa do mundo, atrás da Nova Zelândia” (COOP FR, 2021, p. 01).

Segundo a Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP, 2021, p. 01), na Finlândia a “criação da Associação Pallervo em 1899 para a promoção da cooperação agrícola e a imposição de legislação cooperativa em 1901 foram os principais argumentos para o desenvolvimento cooperativo Finlandês no início do século XX”. O cooperativismo na Finlândia é tão presente no país que a população participa ativamente destas entidades de tal maneira que a “proporção de associados em relação a população total do país onde uma a cada duas pessoas estão associadas a uma cooperativa.” (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2021a, p. 01).

No caso italiano segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (2021a, p. 01) o cooperativismo de crédito se destacou tornando-se referência mundial e abriu caminho para os demais setores atuarem no cooperativismo, sendo “Prova disso é que, já em 1865, surgia, na Itália, o modelo conhecido como Luzzatti (por ter sido implantado por Luigi Luzzatti, na cidade de Milão), caracterizado pela livre associação.” O modelo Luzzatti é o modelo de cooperativa de crédito sem restrições de associados, definida Banco Central Italiano, segundo o portal Enciclopédia de Finanças (ENFIN, 2021, p. 01, grifo do autor) de “[...] *cooperativa de livre admissão de associados*, com exigências quanto à formatação do quadro social, condições mínimas para funcionamento e exigências de capital e patrimônio de referência.”

De acordo com o Mundocoop (2020) o balanço de 2019 das cooperativas fornecido pela ACI e pelo Instituto Europeu de Pesquisa de Empresas Cooperativas e Sociais (EURICSE) sinaliza uma crescente de cooperativas voltadas para o ramo de seguros. Dados da Mundocoop (2020, p. 01) coloca as trezentas maiores cooperativas do mundo dentro dos ramos de “seguro que responde 39%; agricultura 31,7%; comércio atacadista e varejista 17,7%; serviços bancários e financeiros 7%; indústria e utilidades 1%; e saúde, educação e assistência social 1%”, informações que demonstram a mudança de perfil das cooperativas pelo mundo, com a inserção no setor de serviços, onde o destaque são as cooperativas de seguros. Do mundo para o Brasil e estado do Pará, a próxima seção trará uma contextualização de como o cooperativismo vem sendo organizado no Brasil, demonstrando que, tal organização tem tanto referências nas organizações e cooperativas existentes pelo mundo, quanto nas realidades regionais e estaduais do país.

3.2 O Cooperativismo no Brasil e no Estado do Pará

No Brasil esta prática passou a ser desenvolvida por volta do século XIX, através de uma colônia agrícola no Paraná que era organizada sob os ideais cooperativos. E a partir dos anos de 1960 o cooperativismo no Brasil possuía duas representações a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO). Entretanto, a dualidade dessas representações dificultava o fortalecimento do processo de organização das Cooperativas por conta do diálogo com o Estado e no atendimento das demandas dos cooperados (OCB, 2021).

Para contornar o problema em 1967 “o então ministro da agricultura, Luiz Fernando Lima, solicitou ao secretário da agricultura de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, já uma liderança cooperativista, que promovesse a união de todo o movimento.” (OCB, 2021, p. 01). O que veio a ocorrer em 1969 com a junção da ABCOOP e UNASCO dando origem a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que organizou as cooperativas de acordo com o ramo que atuam em federações, confederações e na estruturação política de forma a permitir economia de escala e ganhar espaço no mercado (OCB, 2021).

Dois anos depois, foi sancionado todo amparo legal de promoção do cooperativismo no Brasil, através da “Lei 5.764/1971, que substituiu toda a legislação anterior sobre cooperativismo e reforçou o papel da OCB como representante nacional do setor” (OCB, 2021, p. 01). Agora que o Brasil possuía uma organização firmada e legalizada necessitava-se de órgãos ou instituições que fossem capazes manter o controle, fiscalização e o incentivo. Desse modo, “por meio da mínima intervenção governamental, o cooperativismo seria fiscalizado, controlado e fomentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC).” (OCB, 2021, p. 01).

Ainda com o intuito de contribuir para o fortalecimento do cooperativismo em 1984 surgiu a Formação da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP), que passou a responder pelos interesses do Sistema Cooperativista Brasileiro frente ao Congresso Nacional (OCB, 2021). O arremate final do cooperativismo foi a sua presença na Constituição de 1988, a partir da promulgação da nova constituição foi possível que as cooperativas nacionais implementassem mecanismos de autogestão, adequado tratamento tributário e apoio fomento às ações cooperativas como dispõe o art. 4º da Lei 5.764/71 que versa sobre a diretrizes básicas para se constituir uma cooperativa:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II – variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV – inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI – quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII – indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX – neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X – prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971, p. 01)

Pela lei 5.764/71, as cooperativas possuem natureza jurídica própria e não sujeitas a falência. Isso ocorre porque a cooperativa é considerada uma sociedade simples e conforme o parágrafo único do artigo 982 do Código Civil não está sujeita à falência, assim não se aplica o processo falimentar à cooperativa. Vale destacar que em 1989, o cooperativismo no Brasil ganhou ainda mais força e notoriedade, com a Fundação das Sociedades de Cooperativas Econômicas de Ouro Preto, Minas Gerais. (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

Em 1995, ocorreu o Congresso da ACI em Manchester que estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo. No Brasil começou a ser difundido pelo governo a ideia de responsabilidade social, onde o olhar para as comunidades e os impactos das atividades comerciais gerados pelas atividades-fim que tinham por base o associativismo e/ou cooperativismo fossem incentivados. De acordo com o Banco Central do Brasil (2022) o marco deste ano foi a autorização por parte do Governo Federal da criação de Bancos Cooperativos.

O objetivo dos Bancos Cooperativos é “oferecer produtos e serviços financeiros às cooperativas, ampliando e criando novas possibilidades de negócios e gestão centralizada dos recursos financeiros do sistema.” (FGCOOP, 2022, p. 01). Esses bancos cooperativos segundo

o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP) possuem como diferencial dos bancos privados o fato de possuírem como acionistas-controladores cooperativas centrais de crédito assim, elas detêm no mínimo 51% das ações e direito a voto. Assim as cooperativas de crédito possuem “cartões de crédito, poupança, cobrança bancária, linhas de créditos de recursos repassados por instituições governamentais, fundos de investimentos, entre outros, em condições significativamente competitivas.” (FGCOOP, 2022, p. 01)

Dando seguimento as ações de suporte e fomento ao cooperativismo em 1999 o Poder Executivo Federal desenvolveu o “Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, que autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.” (OCEPAR, 2021, p. 01), com o intuito de garantir e fortalecer a atuação do cooperativismo no Brasil. De acordo com Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR, 2021) em 2000 por ocasião da realização do XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo o SESCOOP desenvolveu um Programa de Autogestão para as cooperativas. Ainda segundo a OCEPAR (2021, p. 01), o Programa atua como responsável por uma estrutura de monitoramento, supervisão, “bem como da formação e desenvolvimento profissional e da promoção social dos trabalhadores em cooperativas, dos cooperados e de seus familiares, que são os instrumentos preconizados no Programa de Autogestão.”

Em 2002 o SESCOOP promoveu o primeiro seminário de tendências em que enfatizou a autogestão das cooperativas e o papel delas como agentes condutores de impacto na sociedade, tendo por base o princípio de responsabilidade social. E, por conta deste último, as cooperativas devem se atentar para o desenvolvimento de suas atividades de forma a contribuir para uma sociedade mais justa, ou seja, todas ações devem ser praticadas em prol do bem comum pensando sempre no presente e deixando um futuro justo e digno para as futuras gerações. Em 2005 houve a criação da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP), que reconheceu a categoria econômica das cooperativas “fortalecendo e consolidando o Sistema Confederativo de Representação Sindical das cooperativas.” (OCB, 2021, p. 01).

No Brasil em 2008 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabelece um conceito de cooperativa:

É uma associação autônoma de no mínimo vinte pessoas, unidas voluntariamente para atender necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e de controle democrático dos associados. (MAPA, 2012, p. 12).

Destarte “o cooperativismo brasileiro entrou no século XXI com um importante desafio: ser reconhecido pela sociedade por sua integridade, competitividade” (OCB/PA, 2021, p. 01). Além de sua capacidade de valorização cultural e incentivo a independência econômica de comunidades espalhadas pelo território brasileiro. Apenas em 2011 o Ministério do Trabalho oficializou o registro da CNCOOP cuja meta é “[...] a defesa extrajudicial e judicial de direitos e interesses, individuais ou coletivos, da categoria econômica do setor, em todo o território nacional [...]” (OCB, 2021, p. 01).

A CNCOOP, a OCB e a SESCOOP, atualmente, integram o Sistema OCB, ficando claro que o cooperativismo vem sendo fortalecido por organizações e normatizações onde a base de sua constituição são cidadãos que se unem para trabalharem em prol uns dos outros, buscando maior compreensão a respeito das questões sociais geradas pelas transformações do mercado e da sociedade. É de responsabilidade do Sistema OCB, elaborar o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (ACB) onde são identificadas as cooperativas no país ,bem como apresentar os resultados monetários do trabalho das mesmas.

Para Sistema OCB o “cooperativismo brasileiro era classificado nos seguintes segmentos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.” (SESCOOP/RS, 2019, p. 01). A partir de março de 2019 os segmentos do cooperativismo assumiram uma nova classificação que, segundo o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas:

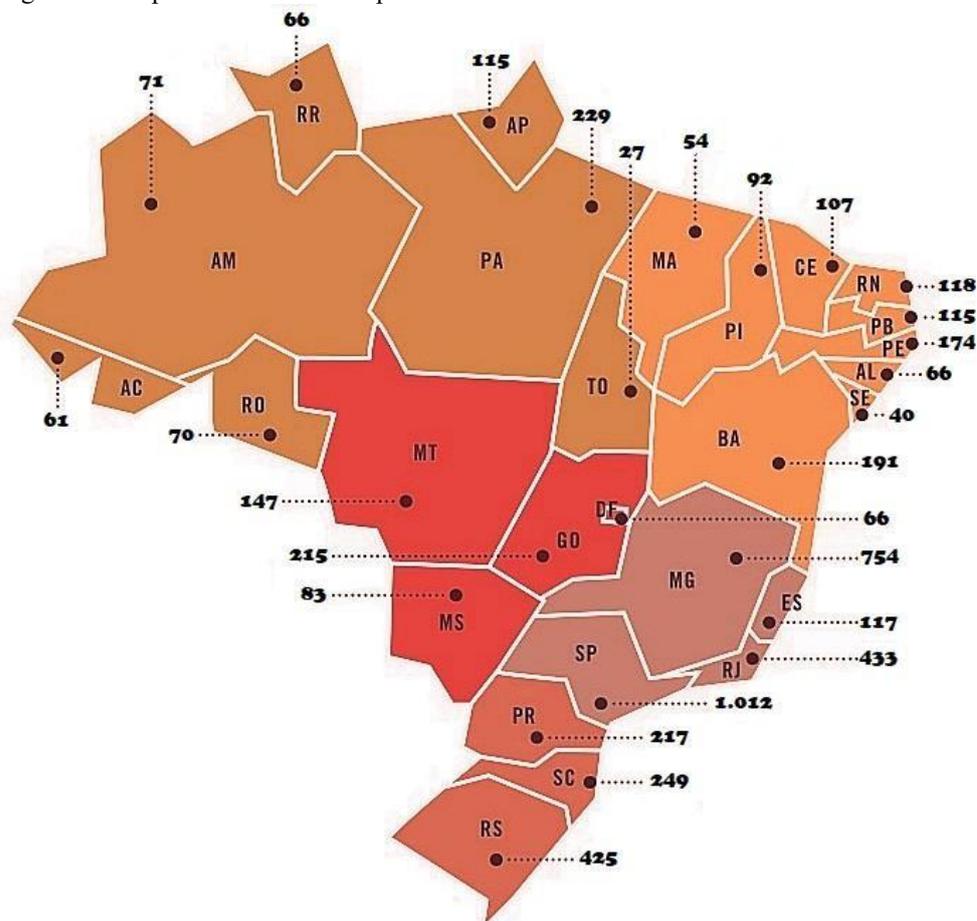
A reclassificação traz como principal benefício o atendimento do Sistema OCB com maior representatividade, em uma organização que apresenta ramos robustos. Além disso, a organização em grandes setores é mais adequada e flexível para se adaptar às rápidas mudanças de mercado e inovação. E como consequência temos uma maior padronização, alinhamento de discurso e comunicação mais assertiva (SESCOOP/RS, 2019, p. 01)

A nova reclassificação condensou os ramos de Trabalho, Produção, Mineral, Especial, parte do Ramo Turismo e Lazer e parte do Ramo Educacional. Assim, de acordo com o ACB (2020), tendo o ano base de 2019, o Brasil possuía 860 cooperativas subdivididas nos ramos citados anteriormente. Vale ressaltar que por conta da nova classificação não é possível saber quantas cooperativas trabalham especificamente com o turismo.

Ainda segundo o ACB (2020) há uma estimativa de 3 milhões de cooperativas no mundo com um faturamento em torno de US\$ 2 trilhões apenas na somatória das 300 mais prósperas cooperativas, sendo que mais de 10% das 300 maiores cooperativas são do ramo agropecuário. O ACB (2020) informa ainda que o Brasil possui 5 das 300 cooperativas mais lucrativas do

mundo. Só no ano de 2019 o Brasil possuía um total de 5.314 cooperativas no território (Figura 01), sendo que as 5 maiores cooperativas brasileiras se enquadram no ramo do agronegócio.

Figura 1 – Mapa do número de cooperativas no Brasil



Fonte: ACB (2020, p. 12)

Dentre os estados apresentados na Figura 01, vem se destacar o estado do Pará, que, de acordo com a Resolução da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nº. 11, de 5 de junho de 1990 cada unidade federativa possui áreas individualizadas que organizam seu espaço geográfico a partir das seguintes dimensões: processo social que atua como determinante, o quadro natural que atua como condicionante e a rede de comunicação e lugares como elemento de articulação espacial. As três dimensões citadas possibilitam a integração em mesorregiões de forma que ao longo do tempo é possível construir uma identidade regional e cada mesorregião se ramifica em microrregiões¹⁰.

¹⁰ Vale ressaltar que as microrregiões, são partes das mesorregiões que apresentam características próprias quanto a organização do espaço no que diz respeito a estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. As microrregiões são identificadas através dos processos que ocorrem nela que perpassam a “produção propriamente dita distribuição, troca e consumo incluindo atividades urbanas rurais básicas.” (IBGE, 1990, p. 08)

De acordo com Nascimento, et al. (2019) a Federação Paraense está dividida em 6 mesorregiões: Baixo Amazonas Paraense, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense. E, segundo o Portal do Governo do Pará (2021) o estado possui oficialmente vinte e duas microrregiões: Almeirim; Altamira; Arari; Belém; Bragantina; Cametá; Castanhal; Conceição do Araguaia; Furos de Breves; Guamá; Itaituba; Marabá; Óbidos; Paragominas; Parauapebas; Portel; Redenção; Salgado; Santarém; São Félix do Xingu; Tomé-Açu, e; Tucuruí. Tal referência se faz importante, como uma breve caracterização territorial do estado do Pará para termos a exata noção de como o cooperativismo vem se organizando neste estado.

E, voltando ao tema do cooperativismo, agora no estado do Pará, destaca-se a existência do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará (SESCOOP/PA) que “foi criado pela Medida Provisória nº 1.715/1998 e regulamentado pelo Decreto nº 3.017/1999.” (OCB/PA, 2021, p. 01). Ressalta-se que o SESCOOP/PA foi criado em prol do desenvolvimento econômico e valorização da identidade cultural. O estado do Pará adotou o cooperativismo como um dos métodos de fomento a riqueza e, a partir do SESCOOP/PA o governo vem podendo assessorar os paraenses quanto o ensino, formação e organização das ideias de cooperativismo (OCB/PA, 2021).

A OCB/PA produziu um Diagnóstico e Censo do Cooperativismo Paraense (DIAGCOOP) registrou em 2018, e registrou que o estado possuía “215 cooperativas, geram-se 3.854 empregos diretos e 93.514 cooperados, sócios das cooperativas, com um total de ocupação de 97.401 pessoas ligadas diretamente ao cooperativismo paraense.” (OCB/PA, 2018, p. 10). Através dos números nota-se a força do cooperativismo e o impacto socioeconômico resultante da organização dessa ação na busca de melhorias na qualidade de vida para o seus cooperados, de uma forma geral. As 215 cooperativas paraenses estão classificadas pelo seu ramo de atuação e se ramificam em 12 vertentes como demonstra o Quadro 01 a seguir.

Quadro 1 – Cooperativismo Paraense por Ramo

RAMO	DESCRIÇÃO
Agropecuário	Agrupa cooperativas de produtores rurais agropastoris e de pesca. O papel da é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados
Consumo	Focado na compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados
Crédito	Promover soluções financeiras adequadas as necessidades dos cooperados, atuando em zonas urbanas e rurais.
Especial	Ramo específico para oferecer as pessoas portadoras necessidades especiais, ou que precisam ser tuteladas, uma oportunidade de trabalho e renda.

Infraestrutura	Ofertam serviços essenciais aos seus cooperados, como por exemplo serviço de energia elétrica renovável.
Mineral	Pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
Saúde	São cooperativas dedicadas à preservação humana e à promoção da saúde humana. Reúnecooperativas que podem ser formadas por médicos, dentistas, outros profissionais da área de saúde.
Transporte	Prestam serviço nos mais variados modais de deslocamento de cargas e passageiros.
Trabalho	Reúne profissionais de uma mesma categoria em torno de uma cooperativa para melhoria da remuneração e condições de trabalho de um grupo de associados, ampliando sua força nomercado.
Educacional	Promover educação de qualidade para a formação de cidadãos mais éticos, agrupando professores, alunos e pais do setor a afinidade educacional.
Produção	Agrupam cooperados que fabricam, com meios próprios, um ou mais tipos de bens - produtos.
Turismo e Lazer	Organizar as comunidades para disponibilizarem espaços turísticos, hospedando e orientando pessoas de forma mais barata, prazerosa e educativa.

Tendo por base o **Quadro 01** percebe-se que as ramificações na classificação das cooperativas paraenses foram construídas de acordo com as especificidades da região para facilitar o controle e organização das cooperativas existentes e assim acompanhar o cenário de evolução das cooperativas e nortear os passos do setor. Dentre as ramificações citadas, se fará referência às cooperativas classificadas em Turismo e Lazer, por ser nesta classificação que o objeto deste estudo – a TURIARTE – está classificada.

De acordo com OCB/PA (2018) estão cadastradas e ativas na OCB/PA duas cooperativas voltadas para o turismo e lazer, a Cooperativa de Trabalho em Ecoturismo de Carajás (COOPERTURE) que fornece os serviços de Ecoturismo na região do Carajás e a TURIARTE, objeto deste trabalho. Tendo em vista que o tipo de cooperativa que se tem como objeto de estudo está dentro do segmento turismo e, mais especificamente o TBC, na próxima seção se apresentará um pouco mais de evidências quanto o cooperativismo como mecanismo de fomento ao TBC.

3.3 O Cooperativismo como Mecanismo de Fomento do TBC

De forma geral e considerando a realidade paraense, o cooperativismo aplicado no ramo do turismo e lazer atrela as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza,

comprometidas com a conservação e a educação ambiental que por meio do TBC promove a valorização da cultural e movimentação da economia local. Para Sansolo e Bursztyrn (2009) o potencial da atividade não se limita ao âmbito econômico, se estende para a valorização da identidade cultural e para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais.

No quesito econômico, pode-se dizer que as cooperativas que escolhem atuar com o TBC combinam dois conceitos de Schumpeter (1985) conhecidos como empreendedorismo e inovação. O economista austríaco considera o ato de empreender uma inovação, pois rompe com o fluxo econômico contínuo descrito pela teoria econômica neoclássica e promove um novo ciclo de crescimento (SCHUMPETER, 1985). Schumpeter (1982) considera o empreendedorismo uma ação capaz de inserir novos elementos no sistema econômico de forma alterar o equilíbrio do mercado.

Para o autor o “ato empreendedor” é impulsionado por um “empresário empreendedor” que busca obtenção de lucro. O economista acredita que o conceito inovação surge quando há a inserção de um novo item no mercado, ela se comporta como um elemento pioneiro e transformador que está alinhado ao empreendedorismo promovendo um novo ciclo de crescimento. Esses dois conceitos são aliados a utilização dos potenciais dos recursos naturais em prol do desenvolvimento socioeconômico para as comunidades.

Vale ressaltar que o cooperativismo ocasiona uma ruptura no fluxo econômico convencional, por ser considerado como uma resposta que “a cada crise cíclica e a cada aumento do desemprego, foi-se ampliado o número de empreendimentos cooperados, como resistência e alternativa ao modelo de produção capitalista.” (LOCATEL; LIMA, 2018, p. 04). O TBC se enquadra na mesma lógica pois ele reforça a ideia motriz do cooperativismo onde ambos “esperam pouco ou nada das instâncias formais de poder e parte à construção solidária de soluções para os seus problemas imediatos comuns” (FRANTZ, 2012, p. 26).

Dentro do TBC “Os seres humanos se humanizam pelo reconhecimento solidário e cooperativo do outro”. (FRANTZ, 2012, p. 26). Unidos “pelos laços sociais da amizade, da emoção, da razão, da associação, da cooperação, construindo espaços coletivos, despertam a responsabilidade social e da solidariedade”. (FRANTZ, 2012, p. 26). Assim, os ideais cooperativos podem servir de base e forma de organização das comunidades que atuam com TBC.

E, considerando o cooperativismo como uma forma de atuação que possibilita uma ação coletiva, este segmento, quando utilizado por comunidades tradicionais, pode-se dizer, a partir de Betti (2012), voltam-se para uma gestão democrática e solidária onde os meios de produção e a organização da atividade turística é da própria comunidade. Assim a autora explica que a

organização de uma cooperativa que possui gestão democrática e solidária é realizada através de premissas de organização que definem a posse coletiva dos meios de produção, de forma que as cooperativas fazem uso da participação de direta de cada cooperado, pois dessa forma se atingiria as bases, solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, para gestão justa e solidária.

Nesse sentido, e, partindo das conceituações apresentadas do desenvolvimento sustentável, TBC e Cooperativismo vê-se que tais categorias se complementam e coadunam para um ideário onde a prestação de um serviço como TBC pode ser pensando sob a égide da conservação ambiental, organização de um grupo social e articulação dos usos dos recursos de uma comunidade em prol dela e das pessoas que atuam no segmento gerando renda e qualidade de vida de forma coletiva. Como se verá no próximo capítulo, este é o caso evidenciado na única cooperativa que atua no segmento do turismo em Santarém/Pará, a TURIARTE que desenvolve atividades tanto a partir do TBC quanto na comercialização de artesanato nas comunidades do Baixo Amazonas.

4. CAPÍTULO 3 – O CASO TURIARTE

Neste capítulo será apresentada a TURIARTE e o seu trabalho nas comunidades através de entrevistas com membros da Cooperativa, por meio de pesquisas bibliográficas, de informações e observações obtidas em visita às comunidades Anã e Atodi. Divide-se em três seções, aonde na primeira apresenta-se o contexto histórico de criação e a estrutura interna da TURIARTE. Na segunda, apresenta-se estrutura, potencialidades, dificuldades, o impacto e as perspectivas futuras das comunidades. E, na última seção apresenta-se um relato da experiência como turista e observadora das ações desenvolvidas nas comunidades Atodi e Anã com o objetivo de descrever uma vivência no local das ações de TBC desenvolvidas pelas comunidades cooperadas na TURIARTE.

Vale ressaltar que a TURIARTE é uma cooperativa voltada para atuar no turismo e artesanato. Contudo, esse trabalho e o capítulo em questão terá como foco a sua atuação no TBC, como forma de atender os objetivos aqui definidos. Para tanto, foram realizadas 06 (seis) entrevistas, através de um Roteiro Semiestruturado (APÊNDICE A), no período de 04/08/2021 a 19/08/2022. Tais entrevistados, 04 (quatro) eram do sexo feminino (Entrevistadas 01; 02; 04 e 05) e 02 (dois) do sexo masculino (Entrevistados 03 e 06) que, como dito anteriormente atuam na administração da TURIARTE.

A opção em entrevistar apenas membros que atuam na Cooperativa se deve ao fato da maior parte desse trabalho ter sido desenvolvido no período da Pandemia do COVID- 19 (2020-2022) e, portanto ser mais seguro buscar informações na sede da TURIARTE, localizada no município de Santarém/PA. Por fim, para subsidiar a última seção do capítulo, visitamos as comunidades de Urucureá, Anã e Atodi a partir de uma excursão organizada por um grupo de docentes e discentes do IFPA, pertencentes a quatro cursos distintos da instituição, no período de 24 a 26 de junho de 2022.

A visita foi realizada com a intenção de conhecer como se processa a ação da TURIARTE junto as comunidades que atuam com o TBC e, principalmente, buscar ter uma experiência prática, enquanto turista que visita uma comunidade que atua nesse segmento turístico e tem como objetivo o lazer. Essa foi a estratégia possível para, enquanto pesquisadora pudesse entender essas práticas e tecer algumas considerações sobre as mesmas.

4.1 Contexto Histórico e Estrutura da TURIARTE

A Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE) surgiu a partir do Projeto Saúde e Alegria (PSA), uma ONG, que atua em quatro municípios paraenses: Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti. O PSA fornece apoio para várias comunidades da região desde 1987, “na perspectiva de criar uma oportunidade sustentável de geração de renda” (PSA, 2021, p. 01). O PSA foi idealizado por Eugênio Scannavino Netto médico sanitário e Márcia Silveira Gama professora que foram contratados pela Prefeitura de Santarém para trabalhar nas comunidades ribeirinhas do município fornecendo assistência na área da saúde (PSA, 2021).

Segundo a Entrevistada 01¹¹ há 30 anos o PSA foi até a comunidade de Urucureá e lá detectou potencial de agregar valor ao artesanato produzido pela comunidade. Em 2008, Atodi foi a primeira comunidade do rio Arapiuns que o PSA começou a ajudar a organizar uma estrutura para receber os visitantes na própria comunidade. Assim se “[...] iniciou uma ação mais sistemática de capacitação e uma formatação de roteiros e atividades centrada no rio Arapiuns” (TURIARTE, 2021, p. 01).

De acordo com o Relatório Anual do PSA (2008), em 2008 a referida ONG detectou o potencial para o TBC das comunidades do rio Arapiuns e passou a catalogá-las. Durante esse processo algumas comunidades¹² se mostraram interessadas em desenvolver roteiros turísticos.

¹¹ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 04/08/2021.

¹² A título de esclarecimento os Relatórios do PSA citados não identificam as comunidades e, durante a pesquisa não conseguimos obter essa informação.

O PSA iniciou uma captação de recursos para realização de inventário para fazer parte de um banco de dados que pudesse valorizar e proteger com base em planejamento, pesquisa e socialização de conhecimentos, o saber tradicional, suas potencialidades e recursos patrimoniais (PSA, 2008).

Em 2009, dando seguimento aos trabalhos do ano anterior os comunitários das comunidades receberam capacitação para a prática no TBC aonde conhecimentos sobre interpretação ambiental e a construção de trilhas para atividade turística foram socializados. A partir desse ano o PSA e as comunidades interessadas desenvolveram programas de visitação e pacotes turísticos para ofertar aos visitantes. O PSA auxiliou as comunidades em como gerir as ações e construir a infraestrutura mínima para fornecer os serviços turísticos, através do fornecimento de pacotes turísticos (PSA, 2009).

Para além do turismo, buscaram fomentar o trabalho das artesãs da região que, utilizando como principal matéria-prima a palha da tucumã fazem diversas peças de artesanato e utensílios que atualmente são um dos produtos oferecidos no ato dos serviços turísticos das comunidades. Como forma de capacitação para as atividades no TBC, em 2010 “[...] foram realizadas em 04 comunidades as seguintes oficinas: acolhida ao visitante, educação ambiental, manipulação de alimentos, monitores/condutores ambientais.” (PSA, 2010, p. 16). Além disso, com a perspectiva de expansão do TBC, o PSA buscou realizar “estudos preliminares e projetos para a implementação de 3 casas dos hóspedes comunitárias e foram captados recursos para as mesmas” (PSA, 2010), p. 16).

Para que os comunitários fizessem uma imersão na vivência do TBC “foi promovida a participação de representantes destas comunidades em 03 encontros de intercâmbio e formação em projetos de turismo de base comunitária em diferentes regiões do Brasil.” (PSA, 2010, p. 16). Dessa forma, os comunitários entrariam em contato com diferentes vivências e experiências para construir sua proposta de TBC a partir da sua realidade e dos conhecimentos adquiridos (PSA, 2010). Ainda em 2010 “foram realizadas 02 missões de promoção na Europa” (PSA, 2010, p. 16), onde os serviços de turismo e de artesanato foram oferecidos para os estrangeiros e segundo o PSA (2010), foram bem aceitos no mercado europeu.

O fruto das ações citadas acima foram que, “[...] entre agosto de 2011 e dezembro de 2013 foram construídas duas pousadas comunitárias, em Atodi e Anã.” (TURIARTE, 2021, p. 01). Em 2015, com a perspectiva de aumento da demanda por roteiros turísticos nas comunidades, maior autonomia das comunidades no quesito gestão e melhoria no serviço ofertado aos turistas surgiu a oportunidade de maior estruturação culminando na TURIARTE. Segundo o PSA (2015, p. 26) a TURIARTE foi “[...] fundada em primeiro de maio de 2015,

em Assembleia realizada na Comunidade de Atodi, com 70 sócios-fundadores, 54 mulheres e 16 homens, de 7 comunidades do Rio Arapiuns”.

Um importante destaque sobre a fundação da TURIARTE foi descrito pela Entrevistada 01¹³ que fez referência ao dia 01 de maio de 2015 como o dia escolhido para a fundação da cooperativa, por conta da importância do dia na luta pelas questões sociais, no caso, dia do trabalhador. Assim, sete comunidades uniram suas potencialidades turísticas e artesanais para criar a cooperativa.

Segundo informações recebidas pelos entrevistados, para desenvolver suas atividades o quadro administrativo da TURIARTE é composto por seis comunitários responsáveis pela coordenação distribuídos nos cargos de: presidente, vice-presidente, tesoureiro e vice-secretário e vice. Ainda segundo os entrevistados, como deliberação a partir das experiências das gestões anteriores, a gestão atual (2020-2023) propôs e foi aprovado em Assembleia inserir no quadro administrativo um membro a mais, o qual foi denominado Coordenador de Turismo, desmembrando os segmentos de turismo e artesanato que teriam coordenadores distintos a partir 2021. A TURIARTE enquanto uma cooperativa busca preencher o quadro administrativo de forma mais democrática e inclusiva para os cooperados/comunitários. Assim, os membros da administração são escolhidos através de votação dentro de suas comunidades, onde a maioria dos votos decide quem irá compor o cargo, não havendo imposição de cargos.

Portanto, os entrevistados reforçaram que há um livre arbítrio dos comunitários na escolha do cargo que quer concorrer e se quer. O mandato de cada gestão durava dois anos, mas, segundo a Entrevistada 04¹⁴ no mês de novembro de 2021 houve uma Assembleia para alteração do período de mandato para 3 (três) anos. De acordo com a mesma um ano é de adaptação e os dois seguintes para realmente efetuar o mandato.

As reuniões de Assembleia são realizadas nas comunidades e a escolha da comunidade onde será a Assembleia ocorre através de sorteio. De acordo com a Entrevistada 04¹⁵ o Regimento Interno da cooperativa está pronto, mas encontra-se em fase de aprovação em Assembleia. Destaca-se que para essa aprovação são dozes comunidades com características diferentes que devem ser levadas em consideração para assim definir as diretrizes que nortearão o TBC.

Logo, é um processo minucioso e por consequência, lento aonde para ocorrer a finalização do Regimento Interno os cooperados deverão realizar 02 (duas) Assembleias para

¹³ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 04/08/2021.

¹⁴ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

¹⁵ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

sua aprovação, no dia 26 de fevereiro de 2022 e outra prevista para os meses de abril ou maio¹⁶. Segundo informação dos entrevistados, a TURIARTE utiliza como escritório uma sala na cidade de Santarém-PA, cedida pelo PSA para realizar as atividades administrativas e utilizar como polo para marcar reuniões e atender os clientes. Na sala (Figura 02), os mobiliários foram adquiridos pela TURIARTE no decorrer dos trabalhos e os custos referentes a eletricidade da sala são pagos pela própria cooperativa.

Figura 2 – Sala de reuniões da TURIARTE



Fonte: Gilana Aguiar (2021)

Em visita a sala da TURIARTE, pôde-se constatar que a mesma contém algumas mesas e cadeiras, um quadro branco, um ar-condicionado, um armário, notebooks para realização das atividades administrativas e, para controle receitas e despesas o tesoureiro tem acesso a um controle de caixa automatizado. Percebeu-se que a TURIARTE está apta e exercendo suas funções administrativas. Seu espaço físico está condizente com suas atividades e serve de base e elo entre Santarém e as comunidades que fazem parte da Cooperativa, sendo assim um centro de referência das suas atividades.

Na próxima seção a localização, características da área de atuação e atividades da TURIARTE, serão apresentadas.

¹⁶ Informação recebida em 17/01/2022.

4.2 Localização, Características da Área de Atuação e Atividades da TURIARTE junto ao TBC

As atividades da TURIARTE concentram-se em comunidades situadas no estado do Pará, mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém, território popularmente conhecido como região Oeste do Pará. A Entrevistada 04¹⁷ ressaltou que entre as comunidades parceiras da cooperativa, a comunidade Aldeia que é comunidade situada no Oeste do Pará, mas que é independente do espaço da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós- Arapiuns e do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande. Assim sendo, a maioria das comunidades parceiras da TURIARTE situam-se na Unidade de Conservação (UC) RESEX Tapajós-Arapiuns e no PAE Lago Grande.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2021) a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que define UC como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção [...]. (ICMBIO, 2021, p. 01)

As UCs no Brasil se subdividem em dois grupos: “Unidades de Proteção Integral - com a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas”. (ICMBIO, 2021, p. 01) e “Unidades de Uso Sustentável - concilia a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.” (ICMBIO, 2021, p. 01). De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA, 2022, p. 01), a RESEX Tapajós-Arapiuns está enquadrada dentro das UCs de Uso Sustentável e como tal, é um “[...] espaço territorial protegido cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área.”).

Segundo o site das UCs no Brasil a RESEX Tapajós-Arapiuns foi criada por um decreto federal, de 6 de novembro de 1998, sendo o Governo Federal a instância responsável por sua gestão. Sua extensão territorial é de 647.611 hectares dos municípios de Aveiro e Santarém no estado do Pará, sendo em Santarém a concentração de maior área da UC, 68,05%, ficando em

¹⁷ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

Aveiro apenas 31,95% da área. Abriga 18.291 pessoas, em 3.076 famílias, distribuídas em 64 comunidades (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2021).

O PAE Lago Grande é um assentamento de Reforma Agrária vinculado aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária pertencentes ao INCRA e, segundo Tapajós de Fato (2021) cada lote é designado para uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições financeiras de adquirir imóvel no meio rural. O PAE Lago Grande “foi criado em 2005, por demanda das comunidades das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande, que juntas compõem toda a gleba Lago Grande” (FEAGLE, 2019, p. 01). O assentamento possui extensão territorial de 250 mil hectares, com 35 mil habitantes, divididos em 144 comunidades “organizados na Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba do Lago Grande (FEAGLE), e vivem da extração de recursos florestais de maneira sustentável”. (MAPA DE CONFLITOS, 2022, p.01)

Atualmente, a TURIARTE conta com 120 cooperados e parceria de doze comunidades: nove localizadas na região do PAE Lago Grande (Aldeia Atodi, Vila Gorete, Vila Brasil, Arimun, Urucureá, Jacaré, Aparecida, Santana e Carariacá) e três comunidades localizadas na RESEX Tapajós-Arapiuns (Anã, São Miguel, Aldeia Vista Alegre do Capixauã). Como dito anteriormente, a cooperativa atua em dois ramos específicos – o TBC e o artesanato –, a partir das comunidades acima listadas tendo como referência suas características e potencialidades para os referidos ramos. Como o foco deste trabalho está no TBC, se dará destaque para esse ramo trabalhado pela TURIARTE nas seguintes comunidades: Atodi, Anã, São Miguel, Arimun, Vista Alegre do Capixauã, Urucureá, Vila Gorete e Aparecida, sendo que, o foco será para as comunidades Anã e Atodi.

Das comunidades elencadas acima, neste trabalho serão apresentadas Atodi e Anã, a primeira localizada no PAE Lago Grande e a segunda na RESEX Tapajós-Arapiuns como mostra a Figura 03, por serem atualmente as comunidades referências em atividades de TBC, possuindo suporte de hotelaria comunitária, pacotes e atividades distintas e complementares para desenvolver as tais atividades.

Figura 3 – Localização das Comunidades Atodi e Anã



Fonte: PSA (2019)

Atodi foi “fundada em 1944, [...] em 2021 é composta por 45 famílias e tem o Turismo de Base Comunitária como uma das principais atividades econômicas” (TURIARTE, 2021, p. 01). Ainda segundo a TURIARTE (2021), para melhor atender os visitantes, foi construída a Pousada Encanto do Arapiuns que oferece refeitório e um espaço no formato de maloca, onde os turistas pousam em redes, denominado de redário (Figura 04), cuja capacidade é para até 18 pessoas.

Figura 4 – Redário Pousada Encanto do Arapiuns- Atodi



Fonte: Gilana Aguiar (2022)

Na comunidade, os visitantes desfrutam de praias de água doce paradisíacas, caminhadas, igarapés (Figura 05), fitoterapia e conhecimento de ervas medicinais. Na terceira semana de novembro é o possível “presenciar o ritual religioso, levantamento de mastros, apresentação da tradicional Dança dos Pretinhos” que são manifestações de devoção a padroeira da comunidade Nossa Senhora das Graças (TURIARTE, 2021, p. 01).

Figura 5 – Igarapé na Comunidade de Atodi



Fonte: Gilana Aguiar (2022)

A comunidade de Anã está localizada na RESEX Tapajós-Arapiuns essa “[...] comunidade é referência em TBC, e conta com hospedaria (Figura 06) para até 36 pessoas, sendo 21 em alojamento [Redário] fechado e 15 em Redário aberto. O restaurante comunitário oferece opções vegetarianas e veganas, além de café da manhã regional” (TURIARTE, 2021, p. 01) De acordo com a Entrevistada 02¹⁸ a hospedaria tem dado muito certo e vem atraindo cada vez mais turistas à região para imergir na cultura local.

Figura 6 – Redário na Comunidade de Anã

¹⁸ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 11/11/2021.



Fonte: Gilana Aguiar (2022)

Tal imersão e percepção de formas alternativas e sustentáveis são apresentadas ao turista através das experiências de piscicultura em cativeiro natural (Figura 07A), com produção própria de ração e criação de peixe a partir de manejo. E, com a meliponicultura (Figura 07B), onde o turista recebe informação sobre a fabricação do mel de abelha sem ferrão e pode, ao final degustar da produção de mel da comunidade e, caso queira, levar o produto que está à venda.

Figura 7 – Atividades de piscicultura e meliponicultura em Anã



Legenda: (A) - Tanques de piscicultura; (B) - Meliponário.
Fonte: Gilana Aguiar (2022)

A TURIARTE conta com um Site Oficial, constituindo-se como o canal de comunicação e divulgação dos produtos turísticos, indicando um e-mail e um telefone para atendimento direto. O turista interessado em vim para uma dessas comunidades pode ter no site uma prévia

do que poderá encontrar. Segundo a Entrevistada 04¹⁹ a cooperativa está em um processo de crescimento ascendente, sendo que, o trabalho desenvolvido por eles vem ganhando espaço na mídia, conhecido no cenário nacional e internacional.

Ainda segundo a Entrevistada 04²⁰, a cooperativa começa a se tornar referência no trabalho com o artesanato pela peculiaridade e características específicas de cada comunidade artesã. O trabalho dos cooperados do artesanato serve como incentivo ao turismo, pois o cliente que adquire uma peça exclusiva de uma comunidade pode querer conhecer a comunidade de onde a peça veio. No que se refere à administração, a Entrevistada citada acima, avalia a presidência da cooperativa como boa, mas por ser composta por anciãs e anciões que geriam de acordo com os conhecimentos obtidos com as experiências de vida, acabavam deixando a desejar em aspectos específicos de administração.

A cooperativa não possui parcerias com instituições de ensino para fins de capacitação dos cooperados no que tange a gestão dos seus recursos. A OCB no início da criação da cooperativa forneceu capacitação vitalícia aos cooperados a respeito do TBC, que, de acordo com a Entrevistada 04²¹ não é suficiente para administração da entidade. Um exemplo prático de uma situação que era comum na cooperativa, mas que atualmente está se revertendo na gestão atual era que a cooperativa não tinha preocupação em firmar contratos com os seus clientes que vinham em busca do artesanato.

Os acordos eram fechados de maneira informal e, dessa forma, a cooperativa acabava saindo no prejuízo pois segundo a Entrevistada 04²² o cliente encomendava um artesanato, como não era necessário pagamento de percentual adiantado se o material não agradava o cliente ele não levava e não pagava valor algum. Os custos para a fabricação da encomenda rejeitada eram absorvidos pela cooperativa que no fim das contas acabava saindo no prejuízo. Assim, para diminuir esse prejuízo, a gestão atual trabalha com o pagamento adiantado 30% do total orçado antes e 70% depois do trabalho entregue.

A Entrevistada 04²³ diz ainda que os cooperados por ainda não enxergarem a cooperativa como uma empresa, acabam dando mais ênfase no lado social o que dificulta a administração de forma mais pragmática e organizada. Ainda para Entrevistada 4, isso acontece porque os cooperados não veem a cooperativa como uma empresa que precisa seguir um padrão e cumprir prazos. Por ser uma cooperativa e não possuir o intuito central de lucratividade como

¹⁹ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

²⁰ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

²¹ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

²² Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

²³ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

uma empresa privada os cooperados acabam sendo negligentes em aspectos como os citados anteriormente.

Apesar desses entraves como mencionado anteriormente a cooperativa tem ganhado bastante espaço no mercado. A pandemia do COVID-19 que teve início no final de 2019 e ocasionou a paralização de diversos setores comerciais e de serviços, como o turismo que sentiu uma forte queda em suas atividades, devido ao medo de contaminação e pelas barreiras sanitárias que foram e vem sendo seguidas à risca pela cooperativa. Segundo informações obtidas com os entrevistados, as atividades relacionadas ao turismo retornaram em novembro de 2021, ainda com limitações e, a partir de junho de 2022 recomeçaram integralmente.

Por outro lado, vale um destaque que, o ramo do artesanato foi fortemente impulsionado pela pandemia e, foi esta vertente que manteve o funcionamento da cooperativa nesse período. Segundo a Entrevistada 04²⁴ o aumento de encomendas de artesanato durante o período mais crucial da pandemia se deu por conta das parcerias com lojas, instituições e pessoas físicas que apreciam e valorizam o trabalho da cooperativa e mesmo diante dos entraves pandêmicos não reduziram os pedidos, pelo contrário até aumentaram.

A cooperativa, como citado anteriormente, não possui um espaço próprio, assim faz uso de uma sala cedida pelo PSA. Também não têm um transporte próprio seja transporte para terra ou para o rio. Segundo a Entrevistada 04²⁵ quando eles precisam se locomover na cidade, o PSA concede o carro corporativo para a transportá-los. E, quando é necessário o traslado de uma das comunidades parceiras para a cidade de Santarém, o cooperado precisa utilizar a linha convencional de embarcações, ou seja, os cooperados pegam barco de linha para ir à cidade ou mandar os pedidos orçados pela cooperativa.

Ainda segundo a Entrevistada 04, a logística do turismo é feita conforme a demanda do cliente, se o grupo for grande a cooperativa aciona os barcos parceiros para fazerem a viagem. A cooperativa enfrenta obstáculos relacionados a estrutura física limitada e lida com barreiras linguísticas no que tange a comunicação com os visitantes internacionais pois grande maioria dos cooperados não possuem domínio da língua inglesa, o que dificulta o contato com o estrangeiro. Os poucos cooperados que sabiam se comunicar em inglês optaram por sair das comunidades e por consequência da cooperativa em detrimento de um aperfeiçoamento ou emprego em Santarém.

²⁴ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

²⁵ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

Segundo o Entrevistado 06²⁶ o turismo enfrenta a carência de mão de obra jovem, que possa lidar com os turistas nas comunidades. Os jovens optam por sair das comunidades e estudar em Santarém e acabam não retornando, processo que acarreta o envelhecimento da mão de obra que movimenta o turismo.

Sobre a relação da TURIARTE com a esfera municipal, a Entrevistada 04²⁷ falou que ainda não possui apoio para realização das suas atividades em esfera municipal, estadual ou federal contando apenas com os próprios esforços e com o apoio do PSA. Atualmente, ainda segundo ela, cooperativa e a Secretaria de Turismo de Santarém estão em discussão da possibilidade de parceria, mas, até o momento nada foi articulado.

A nova gestão da cooperativa almeja alcançar superar os obstáculos atuais no que tange a logística através da aquisição de um carro e um barco próprios e aquisição de local próprio para parte administrativa trabalhar e uma loja para venda dos materiais provenientes do artesanato. Neste sentido, o que se percebe é que a TURIARTE está em processo de estruturação e organização, tendo assim um enorme potencial de se tornar referência no TBC, principalmente nas comunidades de Atodi e Anã, como se verá na próxima seção.

4.3 Visita em Campo sob Perspectiva do Turista/Pesquisadora

Uma das dificuldades de fazer esse trabalho que precisa ser reforçada aqui nessa seção foi a Pandemia do COVID-19 que limitou consideravelmente a proposta preliminar deste estudo (Projeto de Monografia I) no que se refere a execução de pesquisa de campo. Porém, no decorrer da elaboração do trabalho foi-se percebendo que uma ida as comunidades referências do TBC para a TURIARTE se fazia necessária. E, essa oportunidade finalmente aconteceu no período de 24/06/2022 a 26/06/2022.

Essa experiência que será descrita de forma resumida abaixo, foi oportunizada em função de um grupo de estudantes e professores do IFPA – aproximadamente 40 pessoas – demandarem à TURIARTE um pacote para visita técnica nas comunidades de Urucureá, Anã e Atodi. Contudo, vale ressaltar que mesmo sendo uma visita técnica, todas as etapas do roteiro turístico para as comunidades foram realizadas de forma a apresentar os produtos que cada comunidade tem.

O início dessa viagem aconteceu em frente ao Mercado de Peixes Municipal e, a saída foi organizada pela TURIARTE para às 13h, mas, por conta do atraso de um integrante do

²⁶ Entrevista realizada na comunidade de Anã em 26/06/2022.

²⁷ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022.

grupo que fechou o pacote com a TURIARTE, o barco saiu às 13:30h. Constatou-se que o barco estava com todas licenças e autorizações da marinha e de segurança em dia, assim como todos os coletes para os passageiros. O barco utilizado na viagem foi um barco de dois andares com capacidade para 200 pessoas, com lugares para rede, 1 camarote para passageiros, 2 camarotes para tripulação e 5 banheiros.

A tripulação estava composta pelo comandante, a responsável pelo bar, um copiloto e a equipe da TURIARTE que vai em todas as viagens da cooperativa. Normalmente cada visita por grupo é guiada por dois integrantes da TURIARTE, responsáveis por instruir e guiar os turistas nos trajetos da excursão. No entanto, nesse grupo tivemos a presença de 4 integrantes da cooperativa, entre eles a presidente da TURIARTE. Quando cada integrante do grupo de turistas ia chegando, era repassado uma pasta com informações a respeito do itinerário e um crachá de identificação.

Durante o percurso até a primeira comunidade foi realizado dinâmicas de grupo para integração da equipe. Ao chegar na primeira comunidade, Urucureá, por volta das 15h, o grupo foi recebido pelas artesãs do Grupo Artesanatos em Palha de Tucumã (TucumArte) cantando uma música de boas-vindas e apresentando o processo de fabricação do artesanato da comunidade, que são feitos da palha do tucumã. Em seguida, foi oferecido um lanche com alimentos típicos das comunidades.

Por volta das 18:30h o grupo de turistas se deslocou para a segunda comunidade do roteiro, Anã, e, logo na chegada, notou-se a diferença entre a estrutura para acolhimento dos turistas, comparada à comunidade anterior. Anã, possui o terreno plano e com caminhos demarcados até a hospedaria enquanto a comunidade anterior tem o terreno composto por muitos declives e morros. Anã, tem uma hospedaria composta por Redário oval fechado com capacidade aproximada para 20 redes, banheiros com chuveiros, um refeitório com mesas coletivas, um outro Redário quadrangular para 20 redes e espaço para utilização de barracas enquanto a comunidade anterior não tinha estrutura para acomodar turistas.

O grupo foi levado pelas guias da cooperativa até a escola da comunidade onde os comunitários prepararam uma noite cultural com músicas, carimbó tradicional da comunidade e comidas típicas. Vale ressaltar, que todos os membros da comunidade se preparam para receber os visitantes, das crianças aos adultos. As crianças dançam e interagem com os visitantes e os adultos ficam responsáveis pelas comidas e pela organização da estrutura para acomodar os que chegam.

Após as apresentações o grupo retornou para a hospedaria para o jantar. A mesa servida tinha diversas opções de comidas inclusive veganas. Em seguida o grupo se dividiu em dois

subgrupos com pessoas que dormiriam no Redário ou barraca na hospedaria e outras no barco, por opção dos visitantes.

Pela manhã o café, assim como a janta da noite anterior, teve diversas opções de alimentos e todos tipicamente regionais. Em seguida, o grupo foi dividido em três, onde cada subgrupo foi para a visita de um dos projetos comunitários: piscicultura, meliponicultura e fábrica de ração. Para a visita ao projeto de piscicultura, o grupo foi guiado pela anciã fundadora, incentivadora da hospedaria e dos demais projetos presentes na comunidade de Anã.

Durante o percurso, a anciã explicou à todos como a ração para peixes era produzida pela comunidade antes de efetuar parceria com a UFOPA, que, atualmente vem ajudando na formulação de uma ração balanceada para a utilização na piscicultura. Após a explicação, o grupo foi dividido em três canoas e pode ir até o meio do rio, onde ficam as 22 gaiolas que são utilizadas para a criação dos peixes. De acordo com a anciã, 1.500 a 2000 peixes vivem em cada gaiola e, para completar a experiência foi permitido ao grupo alimentar os peixes.

Após a piscicultura, o grupo foi guiado para a fábrica de ração, ambiente ainda em reforma e ampliação para comportar máquina industrial que vai fabricar a ração que está sendo produzida em parceria com a UFOPA. Por fim, o grupo foi guiado ao local onde a comunidade desenvolve a atividade de meliponicultura onde foi apresentada a história da produção de mel na comunidade, assim como os tipos de abelhas e a estrutura de uma colmeia que propicia a produção de mel. Os presentes puderam adquirir o mel produzido pelas abelhas.

Para finalizar o roteiro na comunidade de Anã, retornou-se a hospedaria para o almoço e, na sequência seguiu-se viagem para o último local do roteiro, Atodi. Na comunidade de Atodi, o terreno não é tão plano quanto em Anã mas não apresenta morros igual Urucureá. Segundo os comunitários de Atodi, a comunidade vem passando pelo processo de reconhecimento como território indígena e, por conta disso os mesmos consideram Atodi como “Aldeia”.

A hospedaria da Aldeia possui um barracão circular similar ao de Anã com capacidade para 20 pessoas, 4 banheiros, um tanque para lavagem de roupas e o refeitório com mesas coletivas. O grupo foi levado para assistir uma partida futebol entre Atodi e a comunidade em frente, depois foi servido o jantar e, na sequência o grupo foi para a hospedaria para dormir. Na manhã seguinte o roteiro começou com o café da manhã com o cardápio típico e, na sequência houve uma atividade em trilha, com o percurso de 15 quilômetros, onde o grupo foi dividido em quatro subgrupos.

Cada grupo foi acompanhado por um guia da Aldeia e uma guia da TURIARTE. O percurso da trilha durou em média quatro horas contando com paradas para explicação a

respeito de plantas, árvores nativas e parada no igarapé com direito a banho com argila e lanche. Por fim, retornou-se à hospedaria para o almoço, sendo que a visita foi finalizada às 14:00, com retorno à para Santarém.

Na próxima e última parte desse trabalho, as Considerações Finais, será apresentada uma descrição geral do que foi tratado aqui e algumas ponderações acerca do que está sendo considerado como resultado do mesmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ciclos econômicos das sociedades capitalistas onde a produção excessiva de bens e mercadorias geram sobrecarga ao meio ambiente e refletem na capacidade de sustentabilidade do planeta terra, culminam na probabilidade de interferência da qualidade de vida humana no planeta. Para isso, o desenvolvimento sustentável aparece como uma possível resposta para que as sociedades possam continuar o seu processo de evolução econômica, com o menor impacto possível ao meio ambiente e maiores possibilidades de equidade social. Assim, o desenvolvimento sustentável se desdobra em um conceito que possibilita as nações pensarem em processo de desenvolvimento onde um tripé seja respeitado pelas gerações presentes e futuras: eficiência econômica, justiça social e conservação ambiental.

A partir disso, a categoria turismo sustentável surge como alternativa ao turismo convencional na tentativa de criar um turismo capaz de conviver com os novos preceitos citados acima, visando causar o menor impacto possível ao meio ambiente e ainda assim conseguir atingir as expectativas do turista ao fornecer um roteiro mais intimista e com imersão ao cotidiano local. E, se estivermos falando de comunidades tradicionais amazônicas, a melhor forma de ter essa imersão mais intimista para os turistas é através e com a participação das populações que aí habitam.

O TBC, neste sentido, se mostra como um dos segmentos do Turismo Sustentável que pode ser utilizado para esse fim e, como foi apresentado, sendo aplicado por uma cooperativa pode cumprir esse papel com maestria. A TURIARTE trabalha com o conceito de TBC justamente com o objetivo de unir o potencial natural turístico à geração de renda por parte dos moradores das comunidades em que atua, conseguindo atingir tal objetivo. Os moradores das comunidades se unem na cooperativa para construir um roteiro turístico e oferecer a estrutura necessária para receber os turistas.

Segundo os entrevistados a cooperativa quando surgiu tinha apenas ações independentes e sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) onde a administração era coordenada

através dos conhecimentos empíricos dos cooperados. Isso, na visão deles, significou que eles não possuíam conhecimentos básicos de administração de empresas que pudesse auxiliá-los na gestão da cooperativa. A falta desses conhecimentos acabou por justificar alguns obstáculos mencionados durante as entrevistas pelos cooperados.

Pois não saber como gerir uma cooperativa fez com que, por vezes, houvesse perdas em algumas negociações significando perda monetária e de tempo. Um dos exemplos desses obstáculos identificados durante a pesquisa, foi que a cooperativa não possui controle do quantitativo de turistas e nem da receita deixada pelos que visitam as comunidades, por não utilizarem nenhuma forma de registro. Pelas entrevistas realizadas, o que deu de entender é que há um controle de arrecadação geral da movimentação financeira anual TURIARTE, estando esse registro sob a responsabilidade de uma contadora contratada. Infelizmente não conseguimos acesso a ela e, portanto, esses dados de movimentação financeira não nos foram relatados pelos entrevistados.

Um outro obstáculo para o TBC identificado a partir das entrevistas realizadas junto aos gestores da TURIARTE, é a dificuldade de conseguir guias nas comunidades que sejam bilingues em inglês-português. A cooperativa necessita de guias próprios das comunidades ou que as conheçam para trabalhar diretamente com os estrangeiros, com domínio tanto sobre a história e características das comunidades como da língua inglesa para assim poder guiá-los.

Segundo a Entrevistada 04²⁸ a TURIARTE investiu em capacitação na língua inglesa para um cooperado morador de uma das comunidades parceiras, fornecendo ao estudante todo suporte para o aprendizado de uma segunda língua para que ele pudesse retornar a sua comunidade e trabalhar como guia. Porém, após a finalização do curso o cooperado decidiu não trabalhar mais como guia turístico, o que é compreensível devido o aprendizado de uma segunda língua dá oportunidade, para além do trabalho como guia pela TURIARTE, sendo isso, um processo natural devido o aumento do grau de capacitação levar a almejar oportunidades melhores, o que normalmente se encontra na cidade. No momento que a Cooperativa buscou investir no cooperado seria interessante o compromisso do mesmo em atuar por um tempo nas comunidades e/ou buscar capacitar outro cooperado para ficar em seu lugar.

Outro empecilho identificado a partir das entrevistas é a forma que os cooperados se posicionam diante dos serviços que ofertam, pois quando se tem uma gestão bem preparada a mesma consegue passar aos cooperados a ideia de uma gestão eficiente, para que os cooperados entendam que eles ofertam um produto/serviço e este deve ser entregue e/ou prestado com

²⁸ Entrevista realizada na sede da TURIARTE, em 17/01/2022

eficiência, qualidade e no prazo determinado. A forma que os cooperados se identificam dentro da cooperativa reflete em como eles se posicionam dentro da mesma. Os entrevistados apesar de componentes da administração da cooperativa, exceto uma, não souberam fornecer informações precisas sobre os trabalhos desenvolvidos, o que nos leva a refletir que a TURIARTE não possui controle/organização das atividades que fornece ou que as atividades estão centradas em uma única pessoa.

Como consequência, pode-se questionar o cooperativismo empregado na TURIARTE, tanto pela forma que está sendo administrado quanto pela dependência em relação ao PSA. A dependência do PSA se aplica na utilização do espaço, recebimento de doações e logística para o fornecimento dos seus serviços. Apesar de possuir nome no mercado e contar com diversas parcerias nacionais e internacionais, como relatado no capítulo 3, a TURIARTE ainda não possui um transporte próprio para levar os turistas às comunidades, fazendo o uso de embarcações particulares para grupos grandes e barcos de linha para pequenos grupos.

Desta forma, a partir das entrevistas e das pesquisas documentais feitas sobre a TURIARTE pode-se perceber que a mesma, enquanto Cooperativa, vem buscando se firmar e, mesmo com altos e baixos, busca atuar em prol dos seus cooperados e das atividades fins da Cooperativa. Dessa forma, vemos a importância do trabalho desempenhado pela TURIARTE e, que apesar das dificuldades mencionadas no decorrer do texto, possui potencial para expansão de forma a se tornar cada vez mais referência nos segmentos em que atua, em especial no TBC, objeto deste estudo.

A cooperativa tem como ponto forte o grande potencial natural da região em que efetua seus trabalhos, possibilitando desenvolvimento de atividades turísticas de base comunitária. Outro ponto forte é a experiência de atuação no setor do Turismo pois, mesmo com a formalização tardia da TURIARTE, os trabalhos desenvolvidos pelos cooperados são realizados a mais de 30 anos o que fundamenta suas práticas voltadas para o setor, refletindo na repercussão do trabalho de forma a receber maior notoriedade tanto nacional como internacionalmente.

Com relação visita enquanto turista e pesquisadora nas comunidades de Atodi e Anã, gostaria de destacar algumas falas dos comunitários quanto os desafios de atuar no TBC. A primeira delas é sobre sua relação com a TURIARTE, pois os mesmos se ressentem da ausência de incentivos ou suporte para continuidade do trabalho desempenhado pela TURIARTE com TBC. Porém, como dito anteriormente, os gestores da TURIARTE tem essa consciência e, ao nosso ver caberá a eles, aos cooperados e grupos que atuam no TBC via a TURIARTE, fortalecer e organizar melhor tais ações via ampliação das parcerias, capacitações dos

comunitários que atuam com TBC e, busca de recursos financeiros para investir nos equipamentos turísticos que necessitam.

A segunda fala dos comunitários chamou atenção foi quanto aos seus desafios, diz respeito a visão que os mesmos tem quanto a atuação da Secretaria de Turismo de Santarém. Pode-se inferir a partir das falas dos comunitários que a Secretaria de Turismo do município de Santarém acaba por vender “para fora” a ideia errônea de que a totalidade de turismo desenvolvido no município possui a mesma pegada sustentável e comunitária do TBC. Porém, a imagem do turismo em Santarém, divulgada pela Secretaria é sempre a de Alter do Chão e, isso é ruim pois na visão deles o turismo em Alter do Chão não se encaixa na categoria de TBC e sim de Turismo de Massas.

Logo, e, concordando com os comunitários, nota-se a necessidade de corrigir o ideal criado e dar visibilidade e suporte as comunidades que realmente trabalham o turismo sustentável e o TBC. Nesse sentido, seria importante que a Secretaria de Turismo de Santarém pudesse ampliar seus horizontes acerca do Turismo buscando mapear e identificar as atividades turísticas por segmento, divulgando incentivando para além de Alter do Chão, outras comunidades que atuam no Turismo em Santarém, a exemplo de Atodi e Anã com TBC.

O breve período de convivência nas comunidades, foi de profunda conexão com a realidade dos que fazem o TBC acontecer, deixando claro que tal atividade para essas pessoas não é apenas um meio de utilização dos recursos naturais para geração de renda. Vai além disso, pois para eles é uma troca de experiências em que são protagonistas e dão sua mensagem de como pode ser possível conviver com o meio ambiente, preservar sua cultura e usar os recursos naturais de forma sustentável. E, desta forma, o turismo sustentável e o TBC, a meu ver, cumprem também o papel de símbolo de resistência de identidade cultural ao intensificar o sentimento de pertencimento, de autonomia, de sobrevivência e de liberdade.

Neste sentido, tais falas e ponderações me levaram a perceber quão desafiador é o TBC, contribuindo para o entendimento dos desafios da TURIARTE enquanto cooperativa que atua no referido segmento. Compreendo que este trabalho está longe de ser algo finalizado diante das inúmeras possibilidades de continuar estudando TBC e suas as relações socioeconômicas. Por isso, deixo em aberto a possibilidade de continuidade deste trabalho em um futuro próximo, quer por mim e/ou por outros que ele possa inspirar.

REFERÊNCIAS

ACB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2020**. 2020. Disponível em:

<https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?**. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

ARCANJO, R. da S.; MARQUES, J. B. O Cooperativismo Popular na Perspectiva da Economia Solidária como Instrumento de Inclusão Social Produtiva. In: SIMPÓSIO EM EXCELÊNCIA GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., Resende. **Anais [...]** Resende: Campus da AEDB, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/23316315.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Circular nº 2193, de 31 de agosto de 1995**. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de cooperativas de crédito. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2193_v2_p.pdf. Acesso em: 04 out. 2022

BARBOSA, F. F. O Turismo como um Fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, MG, p.107-114, 2005. Disponível em: www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html. Acesso em: 22 mar. 2021.

BARRETO, Margarida. Planejamento e Organização em Turismo. Campinas, SP: Papirus Editora, 1991.

BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. São Paulo, SP: Papirus Editora, 1995.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Letras e Imagem, 2009, p. 76-91.

BENI, Mario Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 7ª Edição. São Paulo, SP: Ed. SENAC, 2002.

BETTI, Patrícia. Turismo Comunitário na Economia Solidária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. Anais [...]. Belém: UFPa, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/35069645/Turismo_Comunit%C3%A1rio_na_Economia_Solid%C3%A1ria. Acesso em: 15 jan. 2022.

BISCARO, Chrystian; HERNANDEZ, Juliana Fátima de Moraes; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Cooperativismo: estudo comparativo entre diferentes modelos mundiais e o brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 33., 2020, Ponta

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é? O que não é? Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Mauricio. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In:

CMED. Nosso Futuro Comum. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

CONFECOOP. Finlândia. Disponível em:https://confecoop-coop.translate.google.com/translate/pt/finlandia/?x_tr_sl=es&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-BR&x_tr_pto=sc. Acesso em: 12 set. 2021.

CONTIL, Bruna Ranção; ROCHA, Luís Ricardo Vilella Gonçalves da; VITEZE, Natalia de Nery. As Conexões entre a Economia Solidária e o Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro, V. XII, N. 2, p. 01-21, 2018.

COOP FR. França, 2ª Economia Cooperativa do Mundo. Disponível em: https://www-entreprises-coop.translate.google.com/la-france-2eme-economie-cooperative-au-monde?x_tr_sl=fr&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-BR&x_tr_pto=sc. Acesso em: 12 set. 2021.

DEMETRIO, M.; MENDONÇA, A. Sustentabilidade: um exemplo de cidadania na Amazônia. Porto Trombetas, Pa: FVT, 2008.

ENFIN. Cooperativa de Crédito Luzzatti. Disponível em: <https://enfin.com.br/termo/cooperativa-de-credito-luzzatti-jvxqqwyw>. Acesso em: 12 set. 2021
F. The New Zealand Co-operative Economy. Palmerston North, New Zealand: Massey University, 2017.

FARIA, Caroline. Ecoturismo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/ecoturismo/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FEAGLE. PAE Lago Grande: Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325_folheto_PAElagograndeWEB.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019

FERNANDES, Lindomar. Turismo Comunitário: uma proposta em construção – O caso do Brasil. In: NEUHAUS, Esther; SILVA, Jefferson Souza da. (Orgs.). Um Outro Turismo é Possível! Reflexões sobre Desigualdades, Resistências e Alternativas no Desenvolvimento Turístico. 2006, p. 53-57. Disponível em: <http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>. Acesso em: 25 out. 2021.

FGCOOP. Bancos Cooperativos Novas Possibilidades de Negócios. Disponível em:<https://www.fgcoop.coop.br/bancos-corporativos>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Relatório FSM 2018. Salvador, 2018. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/download/Relatorio-FSM-2018.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FRANTZ, Walter. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2012.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2016.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. Revista de Economia Política, São Paulo, V. 24, N. 04, p. 483-486, 2004.

GARNEVSKA, Elena; CALLAGHER, L.; APPARAO, M. D.; SHADBOLT, N.; SIEDLOK,

GAWLAK, A. RATZKE, F. A. Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor. Curitiba: Sescop/PR-Ocepar, 2001.

GRIMM, I. J., SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online). N. 19, p. 57-68, 2011. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/362. Acesso em: 03 jan. 2021.

GUATTARI, Felix. As Três Ecologias. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem: do feudalismo ao século XXI. 22ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2012.

HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard. História do Pensamento Econômico. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Volume 1. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1990.

ICMBIO. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza -SNUC. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html> Acesso em: 03 mai. 2021.

INSTITUTO ECOBRASIL. Turismo Sustentável para as Comunidades. 2000. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/turismo/turismosustentavel#:~:text=O%20Instituto%20EcoBrasil%20adota%20o,para%20comunidades%20lo%20cais%20e%20destinos.%22> Acesso em: 02 set. 2021.

ISTO É. ONU Oficializa 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. 2017. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/onu-oficializa-2017-como-o-ano-internacional-do-turismo-sustentavel/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KÖRÖSSY, Nathália. Do "Turismo Predatório" ao "Turismo Sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, V. 08, N. 02, p. 56-68, 2008.

LA TORRE, Oscar de. El Turismo: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LASSU. Pilares da Sustentabilidade. 2002. Disponível em: <http://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: evolução de um conceito? Revista Proposta. Rio de Janeiro, N. 25, p. 5-10, 1997.

LEÃO, Andréa Simone Rente. Na Trilha da Estrada: (des) caminhos do Plano BR-163

Sustentável como concepção para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. 2017. 384f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEFF, Enrique Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITÃO, Pedro. Ambiental Desenvolvimentismo: ideário nacional brasileiro dos anos 90? São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1993.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Leandro de Castro. Do Cooperativismo à Economia Solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., 2018, Barcelona. Anais [...] Barcelona: Universidade de Barcelona, 2018, p. 01-22.

MACHADO, Vilma de Fátima. A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92. 2005. 328 f. **Tese (Doutorado)** – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MALDONADO, Carlos. **O Turismo Rural Comunitário na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: EDITORA, 2009.

MAPA DE CONFLITOS. PA – Centenas de Comunidades de Assentados de Lago Grande são Ameaçadas pela Mineração enquanto Aguardam os Títulos Coletivos de suas Terras. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-centenas-de-comunidades-de-assentados-de-lago-grande-sao-ameacadas-pela-mineracao-enquanto-aguardam-os-titulos-coletivos-de-suas-terras/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MEDEIROS, Lindenberg da Câmara; MORAES, Paulo Eduardo. Sobreira Turismo e Sustentabilidade Ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, V. 03, N. 02, 198-234, 2013.

MTUR. Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MTUR. Programa Investe Turismo. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/investe-turismo>. Acesso em: 07 nov. 2021.

MUNDOCOOP. **Novo Ranking das Maiores Cooperativas do Mundo**. 2020. Disponível em <https://www.mundocoop.com.br/destaque/world-cooperative-monitor-novo-ranking-das-maiores-cooperativas-do-mundo.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

NASCIMENTO, Raquel Lopes; KIKUCHI, Renan Yoshio Pantoja; COSTA, Andrey Rafael Moraes da; SERRA JÚNIOR, Jorge Moura; NASCIMENTO, Wagner Luiz Nascimento do. Cooperativismo e o Desenvolvimento Socioeconômico da Agricultura Familiar no Baixo Tocantins, Amazônia Brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 4., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Mar Hotel Conventions, 2019, p. 1-18. Disponível em: <https://cointer.institutoidv.org/inscricao/pdvagro/uploadsAnais2020/COOPERATIVISMO-E-O-DESENVOLVIMENTO-SOCIOECON%3%94MICO-DA-AGRICULTURA->

FAMILIAR-NO-BAIXO-TOCANTINS,-AMAZ%C3%94NIA-BRASILEIRA.pdf.

Acesso em: 03 set. 2021.

OCB. **História do Sistema**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb>

Acesso em: 07 set. 2021

OCB/PA. **Diagnostico e Censo do Cooperativismo Paraense (DIAGCOOP)**. 2018.

Disponível em: [https://paracooperativo.coop.br/noticias/712-diagcoop-2018-diagnostico-e-
censo-do-cooperativismo-paraense](https://paracooperativo.coop.br/noticias/712-diagcoop-2018-diagnostico-e-censo-do-cooperativismo-paraense) Acesso em: 15 mar. 2021.

OCB/PA. **História do Sistema OCB/PA**. Cooperture Apresenta Riquezas de Carajás.

Disponível em: <https://paracooperativo.coop.br/sistema-ocb-pa/historia-do-sistema-ocb-pa> .
Acesso em: 20 nov. 2021.

OCEPAR. **Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em:

[http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/autogestao/programa-
de-autogestao](http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/autogestao/programa-de-autogestao). Acesso em: 07 set. 2021.

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo, SP: Roca, 2001.

ONU NEWS. **2017 é o Ano do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento**. 2017.

Disponível em: [https://news.un.org/pt/story/2017/01/1573191-2017-e-o-ano-do-turismo-
sustentavel-para-o-desenvolvimento](https://news.un.org/pt/story/2017/01/1573191-2017-e-o-ano-do-turismo-sustentavel-para-o-desenvolvimento). Acesso em: 02 out. 2021.

ONU. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/acao/meio-
ambiente/](https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/). Acesso em: 14 set. 2019.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 7ª Edição. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do Cooperativismo. O Cooperativismo Mundial em Números**. 2021a. Disponível em:

<https://cooperativismodecredito.coop.br/>. Acesso em: 12 set. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do Cooperativismo: Os Pioneiros de Rochdale**. 2021b. Disponível em: [https://cooperativismodecredito.coop.br/
cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-
pioneiros-de-rochdale/](https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/). Acesso em 03 jul.

2022.

PORTAL DO GOVERNO DO PARÁ. **Subdivisões**. Disponível em:

<https://www.pa.gov.br/pagina/54/subdivisooes>. Acesso: 17 set. 2021.

PSA. **Relatório Anual 2008**. 2008. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>
Acesso: 20 mar. 2021

PSA. **Relatório Anual 2009**. 2009. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>
Acesso: 20 mar. 2021.

PSA. **Relatório Anual 2010**. 2010. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>
Acesso: 20 mar. 2021.

PSA. **Relatório Anual 2015**. 2015. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>
Acesso: 20 mar. 2021.

PSA. **Relatório Anual 2019**. 2019. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>
Acesso: 20 mar. 2021.

PSA. **Relatório Anual 2021**. 2021. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/biblioteca/>
Acesso: 20 mar. 2021.

RISU. Organizações Não Governamentais (ONGs). Disponível em: <https://risu.com.br/ongs>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: uma perspectiva para a Amazônia Legal. In: Cadernos Do Neru. **Ecodesenvolvimento**. Cuiabá: Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UFMT, n°. 06, 1997, p. 09-60.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo, São Paulo: Vertice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Sociedade, Cultura e Meio Ambiente**. Palestra proferida em 11 de agosto de 1995. Revista

MUNDO & VIDA, Niterói, N° 01, Vol. 02, p. 7-12, 2000.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009, p. 142-161.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Cultural, 1985.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Os Princípios do Cooperativismo**. 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-principios-do-cooperativismo,73af438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 07 set. 2021.

SEMMA. **Reserva Extrativista**. Disponível em: <http://meioambiente.am.gov.br/resex/>. Acesso em: 03 mai. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

SEQUINEL, Maria Carmem Mattana. Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável- Joanesburgo: entre o sonho e o possível. **Revista Análise Conjuntural**, Joanesburgo, V. 24, N. 11, p.11-12, 2002.

SESCOOP/RS. OCB **Moderniza Ramos do Cooperativismo**. 2019. Disponível em: [https://www.sescooprs.coop.br/noticias/2019 mar. 02/ocb-moderniza-ramos-do-cooperativismo/](https://www.sescooprs.coop.br/noticias/2019%20mar.%2002/ocb-moderniza-ramos-do-cooperativismo/). Acesso em: 05 mar. 2021.

SOLOW, Robert Merton. **Sustentabilidade: a perspectiva de um economista**. In: Dorfman, Robert, Nancy, F. economia do meio ambiente, Nova York: Norton, 1993

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo, SP: Ed. Aleph. 2000.

TAPAJÓS DE FATO. Entenda o que é e como Funciona o Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/451/entenda-o-que-e-e-como-funciona-o-projeto-de-assentamento-agroextrativista-da-gleba-lago-grande>. Acesso em: 03 mai. 2021.

TEIZEN, Beatrice. **WTTC dá números ao prejuízo do Turismo na pandemia**. 2021. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/coronavirus/pesquisas-e-estatisticas/2021/07/wttc-da-numeros-ao-prejuizo-do-turismo-na-pandemia_182829.html Acesso em: 04 out. 2022.

TURIARTE. **História**. Disponível em: <https://turiarteamazonia.com.br/sobre/> Acesso em 06 mar. 2021.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. Reserva extrativista Tapajós-Arapiuns. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1353>. Acesso em: 07 set. 2021.

VASCONCELLOS, Marco Sandoval de; GARCIA, **Manuel Enriquez**. **Fundamentos de Economia**. 6ª Edição. São Paulo, SP: Ed. Saraiva, 2018.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Roteiro Semiestruturado de Entrevistas – Gestores da TURIARTE

Roteiro das entrevistas com os membros da TURIARTE:

1. Como surgiu a cooperativa?
2. Qual a missão, visão e valores?
3. Quantas comunidades participam?
4. Qual os tipos de turismo praticado?
5. O TBC é praticado pela TURIARTE?
6. Há possibilidade de emancipação das comunidades?
7. Como é feita administração da TURIARTE?
8. As comunidades têm autonomia de gestão?
9. Qual os objetivos a curto e a longo prazo?
10. Quais as dificuldades de trabalhar com o turismo?
11. O Suporte para manter o trabalho vem de onde?
12. Qual o papel da Secretaria de Turismo de Santarém nas atividades?
13. Qual o impacto da pandemia da COVID-19 nas atividades da TURIARTE?
14. O impacto do trabalho da TURIARTE na renda dos cooperados? Tem dados?
15. E os impactos para Santarém e região? Dados?
16. Como é contabilizado o fluxo turístico?
17. Quantos turistas já foram atendidos pela TURIARTE de 2015 até hoje? Você tem alguma planilha de controle?
18. Quanto a cooperativa movimentou com o turismo no período de 2015 até hoje? Tem planilha de controle?
19. Quais os roteiros de turismo que a cooperativa oferece? Qual é o que sai mais?
20. Vocês têm controle de quanto foi doado à Cooperativa e qual o destino de cada doação?
21. Como é feito o repasse dos lucros para as comunidades?

22. Os barcos utilizados para o turismo são sempre os mesmos? Como é feito o pagamento?
23. Qual o preço unitário dos pacotes?
24. Quais as despesas fixas da cooperativa? Energia, combustível, funcionários?
25. Quais as maiores dificuldades hoje em dia?
26. Como é organizado o financeiro?